

FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA
ADMINISTRAÇÃO COM HABILITAÇÃO EM AGRONEGÓCIO.

NILSON JUNIOR DA SILVA

**A PERCEPÇÃO DO COOPERADO COM A COOPERATIVA DE
CRÉDITO: UM ESTUDO DE CASO NO SICOOB DA
CIDADE DE CARMO DO RIO VERDE**

30029
Saco

Tombo nº	10025
Classif.	
Ex:	01
Origem:	d
	12/05/2010

RUBIATABA – GO.
2009

FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA
ADMINISTRAÇÃO COM HABILITAÇÃO EM AGRONEGÓCIO.

NILSON JUNIOR DA SILVA

A PERCEPÇÃO DO COOPERADO COM A COOPERATIVA DE CRÉDITO: UM
ESTUDO DE CASO NO SICOOB DA CIDADE DE CARMO DO RIO VERDE

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências e
Educação de Rubiataba, como requisito para obtenção
do Título de Bacharel em Administração com linha de
formação em Agronegócio, sob a orientação da
Professora Ms Geruza da Silva Oliveira

Rubiataba – GO
2009

FOLHA DE APROVAÇÃO

NILSON JUNIOR DA SILVA

A PERCEPÇÃO DO COOPERADO COM A COOPERATIVA DE CRÉDITO: UM ESTUDO DE CASO NO SICOOB DA CIDADE DE CARMO DO RIO VERDE

COMISSÃO JULGADORA
MONOGRAFIA PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE GRADUADO PELA FACULDADE
DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA

Orientadora _____


Professora Msc. GERUZA DA SILVA OLIVEIRA

1º Examinador _____

Profº.: ENOC BARROS DA SILVA

Especialista Administração de Empresas

2º Examinador _____

Profº.: JULIANO DE CALDAS RABELO

Especialista em Educação e Gestão Empresarial

Dedico este à minha família que sempre me apoiou para conquistar essa vitória em especial a minha querida mãe Ana Maria, ao meu pai Nilson Dias, ao meu querido filho Matheus e a minha amada esposa Elisângela pela paciência e compreensão.

As minhas queridas irmãs Aline e Daniela Liliana, e também a minha querida sobrinha Victoria Gabriele, que contribuíram muito, sem elas não teria conseguido essa vitória.

A Deus, por tudo.

Aos meus professores, pela dedicação e entusiasmo passado aos alunos sobre a profissão de Administradores.

A minha orientadora professora Gerusa pelo apoio.

Ao SICOOB, em Carmo do Rio Verde, pelo ambiente de aprendizagem e companheirismo, especialmente ao Gerente Crispim pelo aprendizado e amizade.

Aos meus colegas e amigos de sala que contribuíram para minha formação profissional e humana, especialmente os meus amigos.

RESUMO

O presente trabalho aborda a temática A Percepção do Cooperado com a Cooperativa de Crédito no Sicoob da Cidade de Carmo do Rio Verde. Mostra o histórico do cooperativismo no mundo, no Brasil, em Goiás e Rubiataba. Trata da legislação cooperativista destacando a Lei nº 5.764/71, à Constituição Federal e a Lei nº 10.406/2002, estabelecendo um paralelo que demonstra a semelhanças e divergências. Apresenta a Lei Estadual nº 15.109/2005 e Lei Municipal nº 1.095/2005, em seus artigos mais significativos e relevantes. Relata a historicidade e a importância da cooperativa na preservação dos valores e princípios cooperativistas e na formação de uma sociedade mais justa, igualitária, solidária e democrática, alicerçada na formação de novas gerações comprometidas com o desenvolvimento sustentável e a cidadania plena. Portanto pretende-se aqui apresentar de forma clara, objetiva e organizada a historicidade, a legislação e a educação cooperativista a todos aqueles que se interessarem pelo assunto através do trabalho monográfico, para que possa servir de apoio à pesquisa bibliográfica de outras turmas e outros cursos. Demonstra também, como é importante o sistema de Cooperativa de Crédito, os seus valores são importantes para ajudarem os seus cooperados direta ou indiretamente no sistema do SICOOB na cidade de Carmo do Rio Verde.

Palavras-chave: Cooperativismo; Cooperativa de Crédito; Cooperativa.

SUMÁRIO

Resumo

Lista de siglas

Lista de figuras

Lista de gráficos

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. PROBLEMÁTICA.....	13
3. OBJETIVOS.....	14
3.1.Objetivo geral.....	14
3.2.Objetivos específicos.....	14
4. JUSTIFICATIVA.....	15
5. REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
5.1. O Cooperativismo no Brasil.....	16
5.2. Cooperativismo em Goiás.....	19
5.2.1. As fases do cooperativismo goiano.....	20
5.3. Cooperação.....	21
5.4.Cooperante.....	23
5.4.1.Os direitos e deveres do cooperante.....	23
5.4.2. Os deveres do cooperante.....	24
5.5.Cooperativismo.....	24
5.6.Histórico da legislação cooperativista.....	26
5.7. Diferenças entre associação, cooperativa e empresa mercantil.....	27
5.8.O Cooperativismo de crédito como instrumento do desenvolvimento econômico da comunidade.....	28
5.9.Ramos do cooperativismo.....	29
5.10. Princípios do cooperativismo.....	31
5.11.Valores do cooperativismo.....	32
5.12.Cooperativas de crédito.....	33
5.12.1. Tipos de cooperativas de crédito.....	34
5.13. O surgimento do cooperativismo de crédito no Brasil.....	35
5.14.O marketing como fator competitivo para cooperativas.....	37
5.15.Sicoob do vale.....	38

5.15.1. Breve Histórico.....	38
5.15.2. Administração científica.....	38
5.15.3. Teoria clássica da administração.....	39
5.15.3.1. Estrutura organizacional.....	39
5.15.3.2. Teoria de sistemas.....	40
5.15.3.3. Gestão dos recursos.....	41
5.15.3.4. As principais saídas do sistema.....	42
5.15.3.5. Principais mecanismos de feedback.....	42
6. METODOLOGIA.....	43
6.1. Tipo de pesquisa.....	43
6.2. Método de pesquisa.....	43
6.3. Técnica de pesquisa.....	44
6.3.1. Entrevista.....	44
6.3.2. Questionário.....	44
6.3.2.1 Perguntas abertas.....	45
6.3.2.2. Perguntas fechadas.....	45
6.3.3.3 População e amostras.....	45
6.4. Análise de dados.....	46
7. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	47
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

Apêndice A: Caracterização da Empresa

Apêndice B: Questionário de Pesquisa Aplicados com Cooperado do Sicoob de Carmo do Rio Verde

Apêndice C : Dados do Aluno

LISTAS DE FIGURAS

Figura 01: Símbolos do Cooperativismo.....	26
Figura 02: Histórico da Legislação Cooperativista.....	27
Figura 03: Quadro comparativo.	28
Figura 04: Ramos do Cooperativismo.....	30
Figura 05: Princípios do Cooperativismo.	32
Figura 06: Organograma Sicoob do Vale.....	40

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Integralização do capital no SICCOOB.....	47
Gráfico 02: Dificuldade ou restrições para se associar.....	47
Gráfico 03: Tempo de cooperado do SICCOOB.....	48
Gráfico 04: Participação nas assembléias e reuniões.....	48
Gráfico 05: Consideração da participação nas assembléias e reuniões.....	49
Gráfico 06: Informando das atividades e metas da cooperativa.....	49
Gráfico 07: Atuante nas operações da cooperativa.....	50
Gráfico 08: Divulgação dos serviços oferecidos pela cooperativa.....	50
Gráfico 09: Avaliação do nível de conhecimento sobre a doutrina cooperativista.....	51
Gráfico 10: Grau de importância da cooperativa.....	51
Gráfico 11: Visão da cooperativa de crédito.....	52
Gráfico 12: A cooperativa atende suas necessidades.....	52
Gráfico 13: O que é uma cooperativa.....	53

LISTAS DE SIGLAS

SICOOB	Sistema de Cooperativa do Brasil	12
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras	17
SESCOOP	Serviço Social de Aprendizagem do Cooperativismo	18
ACI	Aliança Cooperativa Internacional	19
CF	Constituição Federal	27

1 INTRODUÇÃO

Uma cooperativa pode ser conceituada como uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida.

A prática da democracia tem norteado a doutrina cooperativista desde o seu surgimento. A solução dos problemas e a satisfação do interesse coletivo são alcançadas com base na troca de idéias e nas discussões entre as pessoas.

Buscar e satisfazer o cooperado é dever da Cooperativa, pois não existe cooperativa sem seus cooperados. Hoje em dia, a concorrência da cooperativa como outras instituições financeiras está cada vez mais acirrada e, se a cooperativa não prestar atenção no que se refere à qualidade de atendimento oferecido ao cooperado, em pouco tempo poderá perdê-los para outras instituições financeiras.

O valor maior da cooperativa é a pessoa do cooperado. Para isso, é preciso conhecer o cooperado, suas necessidades, seus problemas, enfim, sua história. Só assim, a Cooperativa deverá reter o cooperado; um cooperado fiel movimenta com a Cooperativa com prazer, não por obrigação, por saber que ele é o dono.

Pode-se dizer que Rubiataba é um município eminentemente cooperativista desde sua fundação e emancipação política. Construída através do interesse mútuo, da visão de desenvolvimento, união, espírito democrático, cooperação e determinação de grandes homens que plantaram seus sonhos para que outros pudessem colher os frutos e ampliar horizontes através do desenvolvimento sustentável. Rubiataba, atualmente, é referencial do desenvolvimento da política e da cultura cooperativista em Goiás.

Mediante o pensamento de autores estudados, fica claro que Cooperativas de crédito são instituições financeiras, constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo por objeto a prestação de serviços financeiros aos associados, como concessão de crédito, captação de depósitos à vista e a prazo, cheques, prestação de serviços de cobrança, de custódia, de

recebimentos e pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas e de correspondente no País, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor.

Para o sucesso da empresa, torna-se indispensável, procurar sempre fazer o melhor para o cliente, oferecendo produtos, serviços e atendimento de ótima qualidade.

Sendo assim, diante do exposto surge a necessidade, ou seja, curiosidade de desenvolver, dentro do SICCOB – Sistema de Cooperativa do Brasil, um estudo mais aprofundado sobre o cooperativismo e principalmente o cooperativismo de crédito, numa visão mais ampla e se necessário, indicando possíveis sugestões.

2 PROBLEMÁTICA

As famílias, ou até mesmo alguns dos próprios cooperados, não estão envolvidos com o que é a cooperativa, e este baixo nível de participação tem reflexos direto no exercício democrático e autogestão cooperativista.

A literatura a respeito da temática cooperativista, tem chamado atenção nos últimos anos sobre o baixo nível de efetiva participação do cooperado em geral, e o conservante processo de concentração de poder decisório, conselho de Administração e Conselho Fiscal, em um pequeno grupo que, conforme aponta Cruzio (2002, p. 33.) “não tem observado vários princípios do cooperativismo, particularmente o controle democrático. Tais descaracterizações têm sido apontadas como causas da desestruturação e insolvência de muitas cooperativas”.

Segundo Nascimento (2000, p. 15):

A condição de dono e usuário, simultaneamente, que é conferido ao associado pelo princípio da ‘dupla qualidade’, impõe grandes responsabilidades aos mutuantes. Como dono, em primeiro lugar, deve prover recursos materiais necessários à execução das operações; como usuário, em consequência, deve assumir de forma plena suas obrigações com a cooperativa.

A Cooperativa de Crédito de Carmo do Rio Verde é destinada a promover a poupança, e a financiar necessidades de empreendimento dos seus associados. Os cooperados são os donos da Cooperativa, e são clientes ao mesmo tempo, somente quando buscam os produtos e serviços que a cooperativa oferece aos cooperados. Quanto mais o cooperado movimentar com a cooperativa, maior é o seu resultado nas sobras no fim de cada exercício.

Neste sentido, em relação à cooperativa que é o objeto do presente estudo surge a problemática: Como os cooperados vêem atuação do SICOOB na cidade do Carmo do Rio Verde?

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

- ✓ Compreender a percepção do cooperado em relação à cooperativa de crédito de Carmo do Rio Verde.

3.2 Objetivos específicos

- ✓ Diagnosticar a atuação do SICCOOB junto a seus cooperados;
- ✓ Diagnosticar fatores que influenciam a satisfação dos cooperados;
- ✓ Avaliar o conhecimento do cooperado em relação aos princípios e doutrinas cooperativistas.

4 JUSTIFICATIVA

Atualmente, torna-se importante a gestão de relacionamento com os clientes para qualquer tipo de organização. Ter clientes fiéis e satisfeitos são etapas de um caminhar sem fim. A retenção de clientes hoje em dia tornou-se mais barato do que estar buscando novos (Kotler, 2006). Em qualquer circunstância, é importante saber que o cooperado é o cliente mais importante da Cooperativa, isto é sempre fundamental. O que mais importa é que devemos fornecer a ele, sempre que possível, o que ele necessita, é o relacionamento que importa.

Hoje, mais do nunca, há necessidade de buscar reter os cooperados na Cooperativa. O cooperado tem que ter visão de que ele é responsável pela Cooperativa, e só assim, ele sempre estará presente na Cooperativa Sicoob do Vale da cidade de Carmo do Rio Verde, que está localizada à Rua Anestar Clemente Silva Nº.5, Centro.

Analisando a empresa, observa-se que se trata de um excelente ramo para a região e para a agricultura familiar, porque é mais fácil ao acesso de atendimento para os associados, e é necessário incentivar os cooperados a participarem da mesma e procurar mostrar a importância que esta representa.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 O cooperativismo no Brasil¹

No Brasil, a cultura da cooperação é observada desde a época da colonização portuguesa. Esse processo emergiu no Movimento Cooperativista Brasileiro, surgido no final do século 19, estimulado por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários, para atender às suas necessidades.

Ao contextualizar a evolução histórica do cooperativismo no Brasil, segundo Pinho (2004), vamos encontrar em 1610, com a fundação das primeiras reduções jesuíticas no Brasil, o início da construção de um estado cooperativo em bases integrais. Por mais de 150 anos, esse modelo deu exemplo de sociedade solidária, fundamentada no trabalho coletivo, onde o bem-estar do indivíduo e da família se sobrepunha ao interesse econômico da produção. A ação dos padres jesuítas se baseou na persuasão, movida pelo amor cristão e no princípio do auxílio mútuo (mutirão), prática encontrada entre os indígenas brasileiros e em quase todos os povos primitivos, desde os primeiros tempos da humanidade.

O movimento iniciou-se na área urbana, com a criação da primeira cooperativa de consumo de que se tem registro no Brasil, em Ouro Preto (MG), no ano de 1889, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Depois, se expandiu para Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, além de se espalhar em Minas Gerais.

Porém, é em 1847 que situamos o início do movimento cooperativista no Brasil. Foi quando o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das idéias reformadoras de Charles Fourier, fundou, com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas. Essa organização, apesar de sua breve existência, contribuiu na memória coletiva como elemento formador do florescente cooperativismo brasileiro.

A análise da evolução do Cooperativismo no Brasil, mostra desde os primórdios da colonização portuguesa, o processo de criação de uma cultura da cooperação. Embora incipiente e quase interrompida durante o escravismo, essa cultura emergia no século XX, facilitando a criação e a difusão de cooperativas dos mais variados ramos. (PINHO, 2004, p.13)

¹ A CARTILHA do Cooperativismo: *Cooperativa passo a passo*. 7. ed. Goiânia.: OCB, 2004.

A história do cooperativismo formal no Brasil começa com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em 27 de outubro de 1889, a mais antiga cooperativa de que se tem notícia no Brasil. É a primeira iniciativa de trabalhadores livres, logo após a extinção do escravismo, para criar uma espécie de banco sob a forma de sociedade anônima, mas prevendo sua expansão em caixa de auxílio e socorro, na construção de casas para alugar ou vender aos sócios, além de outras atividades, muito semelhantes aos termos da Carta de Princípios, divulgada pelos Pioneiros de Rochdale quando fundaram a cooperativa de consumo, mas que nunca passou de um grande ideal.

No começo do século XX começaram a aparecer algumas cooperativas inspiradas em modelos trazidos por imigrantes estrangeiros, alguns deles anarquistas e sindicalistas, ou por uns poucos idealistas brasileiros, que tinham conhecimento do sucesso de associações de crédito cooperativo para pequenos agricultores, na Alemanha e na Itália. (PINHO, 2004, p.13)

Pinho (2004) relata ainda que, foi no Rio Grande do Sul surgiu na dianteira, no ramo do crédito cooperativo, com duas vertentes de realizações – a primeira, entre colonos alemães, liderada pelo padre suíço Theodor Amstad, a partir de 1902, quando fundou a primeira cooperativa modelo Raiffeisen na localidade de Linha Imperial, hoje Nova Petrópolis e em Lageado (Rio Grande do Sul), quando fundou a primeira CREDI do modelo Luzatti, em 1906; e a segunda vertente teve a orientação do italiano De Stefano Paterno, no contexto de ampla campanha oficial realizada pela Sociedade Nacional de Agricultura, por delegação do Governo Federal, que difundia cooperativas de modelo misto com seção de crédito. Em seguida cooperativas de vários ramos foram se multiplicando por todo país. O cooperativismo evoluiu e conquistou um espaço próprio, definido por uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social. Por sua forma igualitária e social o cooperativismo é aceito por todos os governos e reconhecido como fórmula democrática para a solução de problemas sócio-econômicos.

“A representação de todo sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, constituída no dia 2 de dezembro de 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo” (PINHO, 2004, p. 13)

Em 1902, surgiram as cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul, por iniciativa do padre suíço Theodor Amstadt. A partir de 1906, nasceram e se desenvolveram as cooperativas no meio rurais, idealizadas por produtores agropecuários. Muitos deles de origem alemã e

italiana. Os imigrantes trouxeram de seus países de origem a bagagem cultural, o trabalho associativo e a experiência de atividades familiares comunitárias, que os motivaram a organizar-se em cooperativas.

Com a propagação da doutrina cooperativista, as cooperativas tiveram sua expansão num modelo autônomo, voltado para suprir as necessidades dos próprios membros e assim se livrarem da dependência dos especuladores.

Embora houvesse o movimento de difusão do cooperativismo, poucas eram as pessoas informadas sobre esse assunto, devido à falta de material didático apropriado, imensidão territorial e trabalho escravo, que foram entraves para um maior desenvolvimento do sistema cooperativo.

Em 2 de dezembro de 1969 foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e no ano seguinte, a entidade foi registrada em cartório. Nascia formalmente aquela que é a única representante e defensora dos interesses do cooperativismo nacional. Sociedade civil e sem fins lucrativos, com neutralidade política e religiosa. (PINHO, 2004, p. 13)

A Lei 5.5764/71 disciplinou a criação de cooperativas, porém restringiu a autonomia dos associados, interferindo na criação, funcionamento e fiscalização do empreendimento cooperativo. A limitação foi superada pela Constituição de 1988, que proibiu a interferência do Estado nas associações, dando início à autogestão do cooperativismo.

Em 1995, o cooperativismo brasileiro ganhou o reconhecimento internacional. Roberto Rodrigues, ex-presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, foi eleito o primeiro não europeu para a presidência da Aliança Cooperativista Internacional (ACI). Este fato contribuiu também para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras.

No ano de 1998 nascia o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). A mais nova instituição do Sistema "S" veio somar à OCB com o viés da educação cooperativista. É responsável pelo ensino, formação, profissional, organização e promoção social dos trabalhadores, associados e funcionários das cooperativas brasileiras.

O cooperativismo brasileiro entrou no século 21 enfrentando o desafio da comunicação. Atuante, estruturado e fundamental para a economia do País tem por objetivo ser cada vez mais conhecido e compreendido como um sistema integrado e forte.

5.2 Cooperativismo em Goiás²

Com relação ao Cooperativismo Goiano, segundo Andrade (2006) ele tem suas origens ligadas ao processo de ocupação e expansão da fronteira agrícola na década de 40. O seu nascimento tem forte dependência do Governo Federal e Estadual e no estabelecimento de novas diretrizes de desenvolvimento que objetivavam ter nos Estados periféricos uma fonte de produtos primários que alimentassem a indústria no sul e sudeste do País.

A Constituição do Estado de Goiás, de 1946, em seu artigo 36, estabelecia imunidade tributária para todas as cooperativas. Havia nessa época, como integrante da Secretaria de Agricultura, o Serviço de Economia Rural, que se ocupava da promoção, incentivo, estímulo e assistência ao Cooperativismo. Esse órgão desenvolveu alguns trabalhos que resultaram nas primeiras cooperativas goianas. Experiência essa que, pelas características de atrelamento ao Estado, de uma política efetiva de apoio ao homem do campo, não obteve resultados positivos a longo prazo.

As primeiras cooperativas surgiram em Goiás a partir de 1949, porém todas tiveram vida curta. O Governo desenvolveu um projeto com objetivo de trazer imigrantes para Goiás, não somente com a intenção de povoar o estado, mas também de incrementar novas técnicas de produção agrícola na região.

As três primeiras cooperativas em território goiano foram constituídas por imigrantes italianos e poloneses. No município de Rio Verde foi instalada a Cooperativa Italiana de Técnicos Agricultores, em março de 1949, com objetivo de assentar 3000 famílias em uma área de 150.000 ha. Essa cooperativa foi fundada na Itália e se estabeleceu em Goiás já com um quadro social de 400 agricultores italianos. Desses apenas 106 cooperados chegaram à região e, devido às dificuldades encontradas, abandonaram o projeto, as terras e a própria cooperativa um ano após a sua criação.

Duas outras cooperativas foram fundadas nesse mesmo período e tinham em seu quadro os imigrantes poloneses, que em maio de 1949 fundaram, na cidade de Itaberaí a Cooperativa Agropecuária de Itaberaí. Essa cooperativa assentou 51 famílias de deslocados de guerra. Em outubro de 1957 a entidade deixou de existir.

Em 1949 foi fundada outra cooperativa de poloneses na fazenda Córrego Rico, situada na região entre as cidades de Inhumas e Itaberaí, com o nome de Cooperativa Rural de Córrego Rico, que durou até 1957.

² A CARTILHA do Cooperativismo, 2004.

Na década de 50 surgiram várias cooperativas de crédito rural, e na década de 60 surgiram as primeiras cooperativas de consumo e as agropecuárias. Contudo, somente na década de 70 houve nova fase de estruturação do Cooperativismo Goiano, fortemente amarrado às políticas oficiais.

A partir de 1970 a realidade do crédito rural e a agricultura mecanizada propiciou o nascimento de cooperativas com estruturas empresariais mais sólidas e preocupadas com a formação dos dirigentes e do corpo técnico para atender o cooperado. O pensamento empresarial-cooperativista nasceu nesse período. O ramo que melhor soube utilizar essa relação, graças à especificidade do seu produto, foi o agropecuário.

5.2.1 As Fases do Cooperativismo Goiano³

As fases do cooperativismo goiano podem ser entendidas da seguinte forma: 1ª Fase - período compreendido de 1949 a 1956; 2ª Fase - período de 1957 a 1970; 3ª Fase - período da década de 70 até o momento atual.

Na Primeira Fase tem-se o surgimento de cooperativas dentro da política do Governo Federal e Estadual em atendimento à expectativa da Marcha para o Oeste e do programa de assentamento dirigido aos Imigrantes do pós-guerra. Essa política, no que concerne ao cooperativismo, foi um fracasso, mas o Governo conseguiu atingir seus objetivos de expansão das atividades econômicas no território goiano.

Na Segunda Fase encontra-se o aparecimento de cooperativas ligadas ao crédito rural; o ressurgimento das cooperativas agropecuárias e, no setor urbano, das cooperativas de consumo. Nesse período surgiu um grande número de cooperativas em todas as regiões do Estado.

No Norte, através de um programa estabelecido pelo Banco da Amazônia, criaram-se várias cooperativas agropecuárias. Esse programa consistia em fornecer crédito somente àquele produtor que fosse cooperado. Com base nessa orientação, inclusive encampada pelos órgãos do Governo Estadual, as entidades que nasceram não conseguiram estabelecer uma identidade da cooperativa com o quadro social. A maioria fracassou.

O movimento dos trabalhadores do campo, nesse período, fundou na região de Trombas e Formoso a primeira organização popular cooperativista dentro do que se

³ A CARTILHA do Cooperativismo, 2004.

consignou chamar a "República Cooperativista de Trombas e Formoso". Essa cooperativa surgiu como fruto da luta dos trabalhadores rurais pela conquista da terra. O movimento surgiu em 1950 e terminou com o advento do Governo Militar em 1964.

Na década de 60, no Governo Mauro Borges, foi fundada a Cooperativa de Colonização do Combinado Agro-urbano de Arraias. Essa experiência foi trazida de Israel, contudo não pôde ser plenamente executada porque o regime de 64 a destruiu.

A Terceira Fase do Cooperativismo Goiano pode ser caracterizada como a do cooperativismo empresarialmente desenvolvido. Começa com o redimensionamento da economia em âmbito nacional e expansão das cooperativas agropecuárias, nascidas no Sul e Sudoeste do Estado, tendo suas terras na proximidade dos centros mais desenvolvidos do país e a política oficial voltada para o setor.

No meio urbano, assim como em todo o País, as cooperativas de consumo, crédito e escolares, principalmente, sofreram um processo de retração e muitas deixaram de existir. A retomada desses ramos ao processo de organização cooperativista se deu a partir da década de 80, quando tem -se o reaparecimento das cooperativas de crédito rural e mútuo, bem como das cooperativas de ensino. Esta última como resposta às dificuldades do sistema de ensino. Surgem também as cooperativas de trabalho, organizando categorias profissionais como médicos, odontólogos, taxistas, etc.

5.3 Cooperação

A cooperação se inicia quando pessoas se unem em prol de um mesmo objetivo em comum, sem distinção de raça, cor ou classe social, trabalhando em parcerias para alcançar melhores resultados.

Para Pinho (2004, p.116) “cooperação é uma forma de processo social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoa se unem de modo mais ou menos organizado para alcançar o mesmo objetivo”.

Diante da atual realidade em que se vive e embasados nos estudos realizados de nossos antepassados, pode-se dizer, que o cooperativismo se originou através da cooperação, diante da necessidade de sobrevivência do homem da caverna. Assim deu-se início aos primeiros passos de autoajuda entre os homens daquela época.

Como afirma Pinho (2004 p. 116-117), “A cooperação, no sentido de trabalho em conjunto, para um resultado em comum, e tão velho quanto à natureza humana”.

A partir do esforço e interesse de cooperar uns com outros desde o princípio, a iniciativa de cooperação por parte de nossos antepassados foram com o decorrer dos tempos se aperfeiçoando, e continua até os dias de hoje, porém de forma organizada e formal.

De acordo com Pinho (2004, p. 117),

Cooperação é um processo social no qual as pessoas se entrelaçam para alcançar o mesmo objetivo; quando a entrelaçada é conscientemente organizada, segundo estatutos preestabelecidos, temos as cooperativas; e a doutrina que visa a correção social por meio de cooperativas constitui o cooperativismo.

No atual capitalismo em que se vive hoje, e na luta acirrada para a conquista de novos mercados, onde os grandes atropelam e esmagam os pequenos, surge uma oportunidade na cooperação entre pequenos empresários ou trabalhadores do mesmo seguimento, de se unirem para competir de igual para igual com os grandes, e ter possibilidades de atingir novos mercados, haja vista que hoje a cooperação está cada vez mais se tornando real, pois está mais fácil trabalhar unidos, do que de forma individual.

“Cooperado – Cooperante – Associado: é o trabalhador urbano ou rural, profissional de qualquer atividade sócio-econômica que associa para participar ativamente de uma cooperativa, assumindo as responsabilidades, direitos e deveres que são inerentes”. (A CARTILHA..., 2004, p. 12)

As formas de cooperação têm registros, desde a pré-história da civilização, nas tribos indígenas. Na idade média, as formas de cooperação em comunidades coletivas agrícolas e de pescadores se tornam mais nítidas. É, porém, no ambiente capitalista do século XIX que o desenvolvimento do cooperativismo se torna mais expressivo. Nesse período a desarmonia social entre os trabalhadores e os detentores dos bens de capital originou um particular grupo de economistas chamados socialistas, considerados os “pais” do cooperativismo moderno (PEREIRA; SILVA; BRITO, 2006, p. 48).

O individualismo ficou para trás, hoje empresa, comunidades e outros seguimentos estão buscando parcerias, visando atuação de forma conjunta promovendo o desenvolvimento geral de todo o grupo.

A cooperação é o método de ação pelo qual indivíduos, famílias ou comunidades, com interesses comuns constituem empreendimento. Neste, o direito de todos são iguais e o resultado alcançado é repartido entre seus integrantes, na proporção de sua participação nas atividades da organização. (A CARTILHA..., 2004, p. 12)

5.4 Cooperante

O cooperante também denominado de associado e/ou cooperado, é o trabalhador urbano ou rural, profissional de qualquer atividade sócio-econômica, que se associa para participar ativamente de uma cooperativa, assumindo as responsabilidades, direitos e deveres que são inerentes.

5.4.1 Os direitos e deveres do cooperante⁴

A cooperativa existe em função das pessoas - os cooperantes - que são donos e usuários. É preciso um engajamento muito sólido, com direitos, deveres e responsabilidades, muito claros e iguais a todos, pois se trata de um fator vital para seu desenvolvimento.

A prática efetiva dos direitos e deveres na cooperativa assegura o processo participativo, democrático e autogestionado. É de responsabilidade de todos os cooperantes conhecer, praticar e aperfeiçoar seus direitos, deveres e responsabilidade perante a cooperativa.

Sendo assim fica claro que os direitos do cooperante são:

- a) Utilizar os serviços prestados pela cooperativa;
- b) Tomar parte nas Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nelas forem tratados;
- c) Propor ao Conselho de Administração e às Assembléias, as medidas que julgar conveniente ao interesse do quadro social;
- d) Propor ao Conselho de Administração e às Assembléias, as medidas que julgar conveniente ao interesse do quadro social;
- e) Efetuar, com a cooperativa, as operações que forem programadas;
- f) Obter, durante os 30 dias que antecedem a Assembléia Geral, informações a respeito da situação financeira da cooperativa, bem como sobre os balanços e demonstrativos;
- g) Votar e ser votado para os cargos no Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- h) No caso de desligamento da cooperativa, retirar o capital, conforme estabelece o Estatuto Social.

⁴ A CARTILHA do Cooperativismo, 2004.

5.4.2 Os deveres do cooperante⁵:

De acordo com a Cartilha do Cooperativismo Passo a Passo (2004, p. 31):

- a) Integralizar as quotas-partes de capital;
- b) Operar com a cooperativa;
- c) Observar o Estatuto Social da cooperativa;
- d) Cumprir fielmente com os compromissos em relação à cooperativa;
- e) Respeitar as decisões da Assembléia Geral e do Conselho Diretor;
- f) Cobrir sua parte, quando forem apuradas perdas no fim do exercício;
- g) Participar das atividades desenvolvidas pela cooperativa.

5.5 Cooperativismo

O cooperativismo é um movimento internacional, que busca constituir uma sociedade justa, livre e fraterna, com bases democráticas, através de empreendimentos que atendam às necessidades reais dos cooperantes, e remunerem adequadamente a cada um deles. Este pode ser lembrado nas mais diversas experiências utilizadas nas comunidades, ao longo de toda a história da humanidade.

Cooperativismo é uma dessas palavras mágicas à semelhança do termo 'democracia' que 'servem para tudo', como uma chave mestra que abre todas as portas. Palavra mágica porque a palavra panacéia, que quer dizer remédio, para todos os males, solução para múltiplos problemas. Cooperativas aparecem inevitavelmente em qualquer referência de reforma agrária, tanto em recomendações oriundas da Pastoral da Terra (Igreja Católica), como nos documentos da aliança para o Progresso lançado pelo Presidente Kennedy para neutralizar a repercussão da revolução Cubana na América Latina, no início da década de 60. Curioso é que enquanto a aliança para o progresso às incentivava e recomendava, e o cooperativismo passava a ser visto como uma terceira via de reformismo nem sempre ingênuo, sob as bombas americanas, cooperativas agrícolas construam o tecido socialista Vietnã. (RIOS, 1987, p. 6-13)

As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controlada pelos seus membros. Se estas firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas,

⁵ A CARTILHA do Cooperativismo, 2004.

ou recorrerem ao capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros, e mantenham a autonomia da cooperativa.

Cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, tem igual direito de voto (um homem - um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática. (A CARTILHA..., 2004, p.14)

Fica claro que o cooperativismo deve ser considerado também como uma grande oportunidade, onde os pequenos têm opção de se unirem de forma organizada e formal para buscarem forças no atuar mercado competitivo em que vivemos levando em consideração as necessidades reais de cada cooperante.

De acordo com os princípios do cooperativismo as cooperativas são como organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo, ou de ordem social, racial, política e religiosa e como organizações democráticas, controladas pelos seus membros que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. (A CARTILHA..., 2004, p.17)

Os valores que a sociedade cooperativista se baseia são a identidade de propósitos e interesses das pessoas que a compõem, ajuda mútua, ação em conjunto, busca de um resultado útil e comum a todos, responsabilidade, igualdade, solidariedade, democracia e participação. Daí se dizer que o cooperativismo surgiu para promover uma reforma social dentro do capitalismo.



Pinheiro — antigamente o pinheiro era tido como um símbolo da imortalidade e da fecundidade, pela sua sobrevivência em terras menos férteis e pela facilidade na sua multiplicação.



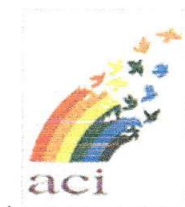
Círculo — o círculo representa a vida eterna, pois não tem horizonte, nem começo, nem fim.



Verde- o verde-escuro das árvores representa o princípio vital da natureza.



Amarelo — o amarelo-ouro representa o sol, fonte permanente de energia e calor.



Bandeira — a bandeira, que leva as cores do arco-íris, constitui o símbolo internacional do cooperativismo, aprovado pela Aliança Internacional do Cooperativismo.

Figura 01: Símbolos do Cooperativismo.

Fonte: A CARTILHA ..., 2004.

Assim nasceu o emblema do cooperativismo: um círculo abraçando dois pinheiros, para indicar a união do movimento, a imortalidade de seus princípios, a fecundidade de seus ideais e a vitalidade de seus adeptos. Tudo isso marcado na trajetória ascendente dos pinheiros que se projetam para o alto, procurando crescer cada vez mais.

5.6. Histórico da legislação cooperativista

Constituição de 1891, Art. 72	Assegura a liberdade de Associações
Decreto nº 979 de 06 de janeiro de 1903	Faculta aos profissionais da Agricultura e indústrias rurais a organização de sindicatos para defesa de seus interesses.
Decreto-Lei nº 1.637 de 5 de janeiro de 1907	Cria Sindicatos profissionais e sociedades cooperativas.
Decreto-Lei nº 17.339 de 2 de junho de 1926	Aprova o regulamento destinado a reger a fiscalização gratuita da organização e funcionamento das Caixas Raiffeisen e bancos Luzzati.
Decreto-Lei nº 22.239 de 19 de dezembro de 1932	Já com as alterações em itálico, introduzidas pelo decreto-lei nº 581.
Decreto nº 24.647 de 10 de julho de 1934	Revoga o decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932; estabelece bases, normas e princípios para a cooperação profissional e para a cooperação social; faculta auxílios diretos e indiretos às cooperativas; e institui o Patrimônio dos Consórcios Profissionais Cooperativos.
Decreto-Lei nº 581 de 1º de agosto de 1938	Dispõe sobre registro, fiscalização e assistência de sociedades cooperativas; revoga os decretos ns. 23.611, de 20 de dezembro de 1933; 24.647, de 10 de julho de 1934; e revigora o decreto 22.239, de 19 de dezembro de 1932.
Decreto nº 5.893 de 19 de outubro de 1943	Dispõe sobre a organização, funcionamento e fiscalização das cooperativas.
Decreto-Lei nº 8.401 de 19 de dezembro de 1945	Revoga os decretos-leis nº 5.893 de 19 de outubro de 1943 e 6.274 de 14 de fevereiro de 1944, exceto disposições dos arts. 104 a 118 e seus parágrafos, revigorando o Decreto-lei nº 5814, de 1º de agosto de 1938 e a lei nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932.
Decreto-Lei nº 59, 21 de novembro de 1966	Define a política nacional de cooperativismo, cria o Conselho Nacional do Cooperativismo e dá outras providências.
Decreto nº 60.597 de 19 de abril de 1967	Regulamenta o Decreto-Lei nº 59 (*), de 21 de novembro de 1966.
Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971	Define a Política Nacional do Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências.
CF/88, arts. 5º, XVIII, 146, III, C, 174 § 2º, 192.	Funcionamento, tratamento tributário, incentive as cooperativas e inserção das Cooperativas de Crédito no sistema financeiro.
Medida Provisória nº 1715 de 03-09-1998	Criação do SESCOOP para viabilização da Autogestão do Cooperativismo Brasileiro.
Decreto 3017 de 06 de abril de 1999.	Aprovação do Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP.
Lei 10406, de 10 de janeiro de 2002. Novo Código Civil arts. 1.093 – 1.096.	Da Sociedade Cooperativa.

Figura 02: Histórico da Legislação Cooperativista

Fonte: A CARTILHA..., 2004, p. 21.

5.7 Diferenças entre associação, cooperativa e empresa mercantil⁶

A cooperativa é uma das formas avançadas de organização da sociedade civil. Proporciona o desenvolvimento sócio-econômico aos seus integrantes e à comunidade; resgata a cidadania através da participação, do exercício da democracia, da liberdade e autonomia, no processo de organização da economia do trabalho. Na figura será discriminada a diferença entre associação, cooperativa e empresa mercantil.

⁶ A CARTILHA do Cooperativismo, 2004.

ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA	EMPRESA MERCANTIL
É a união de pessoas	É uma sociedade simples regida por legislação específica.	É uma sociedade empresária.
Objetivo sem fins econômicos	Objetivo principal é a prestação de serviços econômicos ou financeiros	Objetivo principal é o lucro.
Número ilimitado de associados	Número ilimitado de associados, salvo incapacidade técnica.	Número ilimitado ou não de acionistas
Cada pessoa tem um voto	Cada pessoa tem um voto	Voto proporcional ao capital
Assembléias: quorum é baseado no número de associados	Assembléias: quorum é baseado no número de associados	Assembléias; quorum é baseado no capital.
Não tem quotas de capital	Não é permitida a transferência das quotas-partes a terceiros, estranhos à sociedade.	Transferência das ações a terceiros
Não geram excedentes.	Retorno dos excedentes proporcional ao volume das operações.	Lucro proporcional ao capital

Figura 03: Quadro comparativo.
Fonte: A CARTILHA..., 2004.

5.8 O cooperativismo de crédito como instrumento do desenvolvimento econômico da comunidade⁷

O cooperativismo, por definição, reúne valores e práticas que o vinculam a uma existência sustentável. Como movimento sócio-econômico que visa ao bem-estar social, cultiva, em essência, a democracia, a solidariedade, a independência e a autonomia. Trata-se, por assim dizer, de uma verdadeira filosofia de vida.

As pessoas são a referência no cooperativismo, que tem no capital apenas o respaldo operacional. As individualidades cedem espaço para a construção conjunta da prosperidade, independente de origem, cor ou credo de qualquer ordem. Os ganhos, obtidos com equilíbrio e isonomia pelo trabalho coletivo, são de todos. Tais vantagens, todavia, considerando a dupla condição de associado (dono) e usuário, não se confundem com lucro, resultado próprio de empreendimentos cujo capital prepondera e está a serviço de poucas pessoas. As pessoas cooperam para satisfazer necessidades econômicas recíprocas, em diferentes campos, a preço justo e à luz de outros diferentes preceitos éticos.

Por sua inserção comunitária, de onde emergem, as cooperativas estão naturalmente vocacionadas para fazer o bem nos locais em que estabelecidas. Há uma preocupação de gerar progresso conforme a aptidão das populações e de acordo com o potencial econômico da região cooperativada. Pelo fato de os membros, associados, viverem ali mesmo, todas as

⁷ COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

<http://www.cooperativismodecredito.com.br/cooperativadecredito.php>. Acesso: 03 nov. 2009.

ações de desenvolvimento buscam harmonia com o meio-ambiente. É o que se designa de imperativo ambiental, ou ecoeficiência, preocupação ligada à sustentabilidade a longo prazo.

Pelas mesmas razões, as cooperativas lideram inúmeras iniciativas de caráter sócio-cultural. Aliás, é difícil imaginar que um evento cultural, um encontro esportivo, uma mobilização para arrecadar fundos com propósitos humanitários não tenham envolvimento dos associados, dirigentes e colaboradores das cooperativas. O apoio jamais se limita à simples entrega de fundos financeiros. Na maioria das vezes, a própria organização é confiada aos representantes das cooperativas.

A qualidade de vida, portanto, é um pressuposto sempre em evidência na ação cooperativa. E esse jeito diferente de responder aos anseios das pessoas e das comunidades tem influenciado as empresas tradicionais, que ensaiam mudanças na sua forma de atuar. Cada vez mais tentam aproximar seus métodos aos utilizados pelas cooperativas. Na área financeira, por exemplo, os bancos vêm divulgando intenções de se relacionar mais condignamente com os seus clientes, ao mesmo tempo em que ensaiam patamares de preços mais acessíveis na entrega de suas soluções. É o cooperativismo balizando o mercado.

A manifestação cooperativa pode assumir diferentes formas operacionais. A mutualidade, com efeito, envolve desde atividades de produção e comercialização até o oferecimento de itens para consumo e prestação de serviços nas mais diversas áreas profissionais, inclusive no setor financeiro, onde se inserem as Cooperativas de Crédito. Entre nós, já são 13 os ramos cooperativos reconhecidos. Esse mundo, justo e equilibrado, o universo cooperativista, já conta com mais de 800 milhões de praticantes nos quatro cantos da terra.

5.9 Ramos do cooperativismo⁸

O cooperativismo, enquanto organização social e econômica, inserida no contexto e dinâmica da sociedade, também sofre transformações e adequações, para melhor atender aos interesses de seu quadro social. A partir de 1993, a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, deu início a modificação do quadro de nomenclaturas dos ramos cooperativos, adaptando-as às exigências atuais no mundo do trabalho, quais sejam:

⁸ A CARTILHA..., 2004.

RAMOS DO COOPERATIVISMO	
Agropecuário:	Cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertencem ao cooperado. Caracteriza-se pelos serviços prestados aos associados, como recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização, além de assistência técnica, educacional e social.
Consumo:	Cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para seus cooperados. Subdividem-se em fechadas e abertas. Fechadas são as que admitem como cooperadas somente as pessoas ligadas a uma mesma cooperativa, sindicato ou profissão, que, por sua vez, geralmente oferece as dependências, instalações e recursos humanos necessários ao funcionamento da cooperativa. Abertas, ou populares, são as que admitem qualquer pessoa que queira a elas se associar.
Crédito:	Têm o objetivo de facilitar o acesso dos associados ao mercado financeiro com melhores condições que as instituições bancárias tradicionais, promovendo a poupança, financiando necessidades e empreendimentos, entre outros de seus cooperados. Atua no crédito rural e urbano.
Educacional:	O objetivo das cooperativas educacionais é unir ensino de boa qualidade e preços justos. Este ramo é composto por cooperativas de professores, que se organizam como profissionais autônomos para prestarem serviços educacionais; por cooperativas de alunos de escola agrícola que, além de contribuírem para o sustento da própria escola, às vezes produzem excedentes para o mercado, mas tem como objetivo principal a formação cooperativista dos seus membros; por cooperativas de pais de alunos, que têm por objetivo propiciar melhor educação aos filhos, administrando uma escola e contratando professores; e por cooperativas de atividades afins, empreendedores educacionais.
Especial:	Cooperativas constituídas por pessoas que precisam ser tuteladas ou que se encontram em situações previstas nos termos da Lei 9.867, de 10 de novembro de 1999, como deficiência física, sensorial e psíquica, ex-condenados ou condenados a penas alternativas, dependentes químicos e adolescentes a partir de 16 anos em situação familiar difícil econômica, social ou afetiva. As cooperativas atuam visando à inserção no mercado de trabalho desses indivíduos, geração de renda e a conquista de sua cidadania.
Habitacional:	Cooperativas destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para o seu quadro social.
Infraestrutura:	Cooperativas que atendem direta e prioritariamente o seu quadro social com serviços essenciais, como energia e telefonia. No Brasil, são mais conhecidas as cooperativas de eletrificação e telefonia rural, que têm por objetivo fornecer, para a comunidade, serviços de energia elétrica, seja repassando essa energia de concessionárias, seja gerando sua própria energia. Algumas também abrem seções de consumo para o fornecimento de eletrodomésticos, bem como de outras utilidades.
Mineral:	Cooperativas com a finalidade de pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais.
Produção:	Estimula o empreendedorismo em que um grupo de profissionais com objetivos comuns na exploração de diversas atividades produtivas se reúne para produzir bens e produtos como donos do seu próprio negócio e detém os meios de produção.
Saúde:	Cooperativas que se dedicam à preservação e promoção da saúde humana. Abrangem médicos, psicólogos, odontólogos, fisioterapeutas e afins, bem como os usuários destes serviços. Esse ramo surgiu no Brasil, na cidade de Santos (SP) no dia 18 de dezembro de 1967 e se estendeu a outros países.
Trabalho:	As cooperativas de trabalho são construídas por pessoas ligadas a uma determinada ocupação profissional, com a finalidade de melhorar a remuneração e as condições de trabalho, de forma autônoma. Este é um segmento extremamente abrangente, pois os integrantes de qualquer profissão podem se organizar em cooperativas de trabalho.
Transporte:	Cooperativas que atuam na prestação de serviços de transporte de cargas e passageiros. As cooperativas de transporte têm gestões específicas em suas várias modalidades: transporte individual de passageiros (táxi e moto táxi); transporte coletivo de passageiros (vans, ônibus, etc.); transporte de cargas (caminhão, motocicletas, furgões etc.) e transporte escolar (vans e ônibus).
Turismo e Lazer:	Cooperativas que prestam ou atendem direta e prioritariamente o seu quadro social com serviços turísticos, lazer, entretenimento, esportes, artísticos, eventos e de hotelaria

Figura 04: Ramos do Cooperativismo.

Fonte: A CARTILHA..., 2004.

5.10 Princípios do cooperativismo⁹

A finalidade dos Princípios Cooperativistas é apenas orientativa, ou seja, direciona os que querem construir um cooperativismo legítimo e autêntico.

O cooperativismo foi idealizado como instrumento de desenvolvimento das pessoas que usufruem de seus serviços. Seu sustentáculo é a democracia. Dessa forma, considerar os princípios como dogmas seria negar a sua essência. Em suma, o cooperativismo é mutável, adaptável às mais diversas realidades. É de sua natureza o respeito às diferenças econômicas e sociais.

Os princípios cooperativistas, originários da primeira cooperativa – Sociedade dos Probos de Rochdale, ao longo dos anos passa por processo de adaptação, adequando-se às novas formas de organização da sociedade. Isso só foi possível graças à organização do Sistema Cooperativista, que através da ACI – Aliança Cooperativista Internacional, que desde o século passado, vêm promovendo inúmeros congressos com o objetivo de discutir as questões de interesse do cooperativismo.

Em 1995, foi realizado o congresso comemorativo ao centenário do cooperativismo. No evento, além das comemorações dessa data histórica, foram aprovados conceitos e princípios, não muito diferentes daqueles criados pelos pioneiros de Rochdale. A idéia foi apenas de aperfeiçoamento e adequação à nova realidade mundial.

A primeira cooperativa institucional do mundo teve início a partir da história dos 28 tecelões na cidade de Rochdale, situada no condado de Lancashire na Inglaterra e tem sido a grande referência para o cooperativismo moderno. OCB-GO (2004). Os princípios básicos do cooperativismo aprovados em 1844, sofreram transformações sociais e tecnológicas, e assim foram revistos e adequados as exigências da sociedade moderna.

Para Irion (1997),

Simbolicamente os princípios são comparados com as cores do arco-íris de cuja união resulta a luz branca. Por essa razão, o arco-íris foi escolhido como um dos símbolos do cooperativismo; as cores simbolizando os princípios cooperativista e a luz branca, somatória das cores, configurando a união e a cooperação. (p.51-53)

Os princípios cooperativos são as linhas orientadoras através das quais as cooperativas levam os seus *valores* e prática, eles se dividem em sete. Conforme a nova definição que se

⁹ A CARTILHA..., 2004.

denominou “Princípios Cooperativistas” ocorrida na última revisão no congresso da ACI realizado em Manchester, em 1995 é assim descrita.

Figura 05: Princípios do Cooperativismo.

PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO	
Adesão livre e voluntária:	as portas de uma cooperativa devem estar sempre abertas para as pessoas que partilham objetivos comuns. As cooperativas são organizadas democraticamente, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões
Controle democrático pelos sócios;	As cooperativas são organizadas democraticamente controladas por seus sócios os quais participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e tomadas de decisões.
Participação econômica dos sócios:	Os sócios contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Parte desse capital e propriedade comum das cooperativas. Usualmente, os sócios recebem juros limitados (se houver algum) sobre o capital, como condição da sociedade. Os sócios destinam as sobras aos seguintes propósitos: desenvolvimento das cooperativas, possibilitando a formação de reservas, parte dessas podendo ser indivisíveis, retorno aos sócios na proporção de suas transações com a cooperativa e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios.
Autonomia e independência:	As cooperativas são organizações autônomas para ajuda mutua, controladas por seus membros. Entretanto em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capitais de origem externa, elas devem fazê-lo em termos que preservem o seu controle democrático pelos sócios e mantenham sua autonomia.
Educação, treinamento e formação:	As cooperativas proporcionam educação e treinamento para os sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para seu desenvolvimento. Eles deverão informar o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.
Cooperação entre cooperativas:	As cooperativas atendem seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando juntas através de estruturas locais, regionais e internacionais.
Preocupação com a comunidade:	As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas por seus membros

Figura 05: Princípios do Cooperativismo.

Fonte: A CARTILHA...,2004, p. 14

5.11 Valores do cooperativismo

A base doutrinária do cooperativismo é formalizada através de seus princípios e valores. As cooperativas baseiam-se em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição dos seus fundadores, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante. Para Irion (1997, p. 47), “Os valores e os princípios, juntos com as idéias gerais, constituem a base doutrinária do cooperativismo”.

5.12 Cooperativas de crédito

Historicamente o segmento de crédito é um dos mais dinâmicos do cooperativismo brasileiro. Hoje em dia, pode-se tratar do cooperativismo de crédito no Brasil como sistemas amplamente institucionalizados e modernamente estruturados, pela aglutinação das pessoas jurídicas que os compõem em entidades de nível superior, inspirados na política do Banco Central, que tem por base o seu desenvolvimento e aprimoramento de suas atividades, por via da centralização e controle operacional.

Para Nascimento (2000) fica claro: O que é uma cooperativa de crédito? É uma instituição financeira, formada por uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, sem fins lucrativos e com objetivo de propiciar crédito, estimular a poupança e prestar serviços financeiros de modo mais simples e vantajoso a seus associados.

As chamadas cooperativas de crédito têm também características próprias que põem em relevo o seu papel, principalmente as regiões subdesenvolvidas, como catalizadoras de pequenas economias domésticas, o que torna extremamente de pequenas economias domésticas, o que torna extremamente importante que se adequam a princípios normativos rígidos a fim de que não se tornem mera duplicação de atividades bancárias, sem horizontes de longo prazo de seu verdadeiro papel como instrumento de poupança, de acumulação e, sobretudo de libertação daqueles que a criaram. (NASCIMENTO, 2000, p. 23)

As cooperativas de crédito, que por força da lei são destinadas às operações ativas privativamente com seu próprio quadro social, não captam depósitos do público em geral. Em grande número são entidades simples, em sua maioria modesta e com objetivos sempre óbvios, sem fins lucrativos, objetivam prestar assistência financeira exclusivamente ao quadro de sócios.

O objetivo da cooperativa de crédito é estabelecer um instrumento que possibilitem o acesso ao crédito e a outros produtos financeiros para os cooperados.

Segundo Pinho (2004)

Como instituições financeiras, as cooperativas de crédito estão sujeitas à normatização do Banco Central do Brasil. As rigorosas normas que vigoram durante muitos anos flexibilizaram-se com resoluções sucessivas, até o ano 2003, quando o Conselho Monetário Nacional autorizou ampla criação de cooperativas de crédito em todo o país, independentemente de liame profissional. (p. 128)

As cooperativas de crédito têm sua própria filosofia, que é diferente as dos outros

bancos, que têm por atividade a prestação de serviços financeiros, assim como as Cooperativas de Crédito. Mas o objetivo do banco é lucrar com essa prestação de serviços, enquanto o das cooperativas é diminuir o custo dos serviços financeiros aos seus cooperados.

No Brasil, o cooperativismo de crédito surgiu do trabalho do Padre jesuíta suíço Theodor Amstad que, em 1902, liderou a formação da cooperativa de Nova Petrópolis-RS, a primeira cooperativa de crédito do País e que está em plena atividade até os dias de hoje. Em Goiás, têm suas raízes nas décadas de 50. No período de 1955 a 1960 foram registradas a abertura de algumas cooperativas de crédito. No entanto, somente na década de 90, com a criação da então Cocecrer Goiás, hoje Sicoob Goiás Central, que o cooperativismo de crédito se consolida na região.

5.12.1 Tipos de cooperativas de crédito¹⁰

Há no sistema em Goiás e Tocantins cooperativas de Crédito Rural, Mútuo, Empresário, Profissionais, Empregados e de Livre Admissão:

- **Cooperativas de crédito rural:** pessoas que desenvolvem, na área de atuação da cooperativa, de forma efetiva e predominante, atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas, ou se dediquem a operações de captura e transformação do pescado.
- **Cooperativas de crédito mútuo:** pessoas da mesma atividade profissional ou ainda que estejam inseridas num conjunto definido de profissões ou atividades cujos objetos sejam idênticos ou estreitamente correlacionados por afinidade ou complementaridade. As cooperativas de crédito mútuo podem ser:
 - ✓ **Pequenos empresários:** formadas por pequenos empresários, microempresários e microempreendedores, responsáveis por negócios de natureza industrial, comercial ou de prestação de serviços.
 - ✓ **Empresários:** formadas por empresários participantes de empresas vinculadas diretamente a sindicatos patronais ou direta ou indiretamente a associações patronais de grau superior, em funcionamento, no mínimo, há três anos.
 - ✓ **Livre Admissão:** pessoas de quaisquer profissões ou atividades econômicas. A única limitação é que os associados sejam delimitados numa determinada área geográfica.

¹⁰ SICOOBGOIAS <http://www.sicoobgoias.com.br/?q=node/167>. Acesso: 03/11/2009. Acesso: 03 nov.2009.

- ✓ **Empregados:** empregados e servidores e pessoas físicas prestadoras de serviço em caráter não eventual, de uma ou mais pessoas jurídicas, públicas ou privadas, definidas no estatuto, cujas atividades sejam afins, complementares ou correlatas, ou pertencentes a um mesmo conglomerado econômico.
- ✓ **Categoria Profissional:** profissionais e trabalhadores dedicados a uma ou mais profissões e atividades, definidas no estatuto, cujos objetos sejam afins, complementares ou correlatos.

5.13 O surgimento do cooperativismo de crédito no Brasil¹¹

A primeira sociedade brasileira a ter em sua denominação a expressão “Cooperativa” foi, provavelmente, a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, fundada em 27 de outubro de 1889, na então capital da província de Minas, Ouro Preto.

Embora criada como cooperativa de consumo, os artigos 41 a 44 de seu estatuto social previam a existência de uma “caixa de auxílios e socorros”, com o objetivo de prestar auxílios e socorros às viúvas pobres de associados e a sócios que caíssem na “indigência por falta absoluta de meio de trabalho”. Muito embora o estatuto dessa sociedade não previsse a captação de depósitos junto aos associados, essa “caixa de auxílios e socorros” guarda alguma semelhança com as seções de crédito das cooperativas mistas constituídas no século seguinte, mas com finalidade primordialmente assistencial.

Em obra publicada pela Ocemg (1997 apud COOPERATIVAS, 2009), entretanto, há referência a uma Sociedade Beneficente de Juiz de Fora, fundada em 15 de março de 1885, portanto, antes da citada cooperativa de Ouro Preto. Essa obra cita que tal sociedade possuía, em 1894, 1.003 sócios, que se denominavam “consórcios”. “Esta sociedade cuidava da educação, saúde e seguridade de seus ‘consórcios’, regendo-se, indubitavelmente, pelos princípios cooperativistas” (COOPERATIVAS, 2009). Não encontramos na literatura nenhuma referência a sociedade cooperativa no Brasil anterior a essa sociedade de Juiz de Fora.

Apenas dois anos após a fundação da primeira cooperativa de crédito das Américas, em Quebec, no Canadá, foi constituída, em 28 de dezembro de 1902, a primeira cooperativa

¹¹ COOPERATIVAS. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf. Acesso em: 03 nov. 2009.

de crédito brasileira, na localidade de Linha Imperial, município de Nova Petrópolis (RS): a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, posteriormente batizada de Caixa Rural de Nova Petrópolis. Essa cooperativa, do tipo Raiffeisen, continua em atividade até hoje, sob a denominação de Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha Sicredi Pioneira/RS. Entre 1902 e 1964, ainda surgiriam 66 cooperativas de crédito do tipo Raiffeisen no Rio Grande do Sul.

Em 1º de março de 1906, no município de Lajeado (RS), foi constituída a primeira cooperativa de crédito do tipo Luzzatti no Brasil, denominada Caixa Econômica de Empréstimo de Lajeado. Essa cooperativa continua em atividade, sob a denominação de Cooperativa de Crédito de Lajeado.

Já em 6 de janeiro de 1903, o Decreto do Poder Legislativo nº 979, posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 6.532, de 20 de junho de 1907, permitia aos sindicatos a organização de caixas rurais de crédito agrícola, bem como de cooperativas de produção ou de consumo, sem qualquer detalhamento do assunto (art. 10). O Decreto nº 6.532 estabelecia que sindicatos agrícolas poderiam fundar uniões de sindicatos ou sindicatos centrais (art. 40), e que essas uniões de sindicatos ou sindicatos centrais poderiam admitir como associados, além dos sindicatos agrícolas, associações agrícolas ou de industriais rurais e, do mesmo modo, os sócios dessas instituições (art. 43).

A primeira norma a disciplinar o funcionamento das sociedades cooperativas, no entanto, foi o Decreto do Poder Legislativo nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907. As cooperativas poderiam ser organizadas sob a forma de sociedades anônimas, sociedades em nome coletivo ou em comandita, sendo regidas pelas leis específicas (art. 10). Como comando específico para cooperativas de crédito, dispunha o artigo 23: As cooperativas de crédito agrícola que se organizarem em pequenas circunscrições rurais, com ou sem capital social, sob a responsabilidade pessoal, solidária e ilimitada dos associados, para o fim de emprestar dinheiro aos sócios e receber em depósito suas economias, gozarão de isenção de selo para as operações e transações de valor não excedente a 1:000\$ (um conto de réis) e para os seus depósitos. Permitia-se, ainda, às cooperativas receberem dinheiro a juros, não só dos sócios, como de pessoas estranhas à sociedade (art. 25, § 3º).

Em 19 de setembro de 1912, foi fundada em Porto Alegre uma cooperativa central mista com seção de crédito, a União das Cooperativas Riograndense de Responsabilidade Ltda., provavelmente a primeira cooperativa central a operar com crédito no Brasil. As filiadas dessa central eram cooperativas agrícolas.

5.14 O marketing como fator competitivo para cooperativas

É importante para empresas privadas como cooperativas saber como está sendo repassada sua imagem diante do mercado, haja vista que este, está cada vez mais acirrado e competitivo.

De acordo com Rios (1998 p.73), “As cooperativas, como empresas modernas e regularizadas perante a legislação em vigor, podem e devem se utilizar do marketing como ferramenta para dinamizar os seus negócios e fortalecer a sua imagem no mercado”.

Percebe-se que certas campanhas de Marketing, não visam somente vender produtos, mas sim, também para esclarecer, os tipos de produtos que são oferecidos pelas cooperativas.

As micro e pequenas empresas podem e devem se utilizar do marketing como instrumento eficaz para fortalecer sua imagem no mercado e, quando for o caso, também alavancar as vendas. É interessante e necessário salientar que o marketing pode ser de grande utilidade e estar ao alcance de empresas sem finalidade lucrativa, instituições de caridade e beneficentes, agremiações políticas, religiosas e cooperativas, conforme nos aponta. (RIOS, 1998, p.71)

Seja para atingir o cooperado ou outros clientes, a mensagem deve ser repassada de forma adequada ao público alvo, e conforme aponta Rios (1998), as 10 Leis de Marketing para as cooperativas devem ser as seguintes:

1. Divulgar permanentemente seu “símbolo” para comunidade local, regional, nacional e internacional.
2. Promover seus produtos e serviços no mercado em geral.
3. Participar livremente de concorrências públicas.
4. Estabelecer valores pecuniários para seus produtos e serviços conforme as leis do mercado.
5. Firmar parcerias produtivas no mercado que redundem em benefícios para os cooperados.
6. Obter margem de contribuição justa na comercialização de seus produtos e serviços.
7. Criar canal de comunicação eficaz com os cooperados e a sua respectiva comunidade.
8. Utilizar com criatividade a mídia moderna, porém selecionando com critério os veículos que tragam retorno a entidade.
9. Diversificar seu mix de produtos e serviços visando sua adequação às necessidades do mercado, mas sem violar a filosofia cooperativista.
10. Apoiar, sempre que possível, ações que contribuam para o fortalecimento da cidadania e da manutenção de uma sociedade livre, onde a qualidade de vida seja o resultado mínimo esperado. (RIOS, 1998, p.73)

5.15 Sicoob do vale¹²

5.15.1 Breve histórico

A Cooperativa de Crédito Rural de Rubiataba Ltda, foi fundada a 1993, quando alguns empreendedores da sociedade rubiatabense e da região se uniram para o bem dos produtores rurais rubiatabenses. O ideal dos fundadores era unir a classe ruralista do município e região com o objetivo de criar uma agência financeira na região. Fundada inicialmente com o nome de CREDIRUBI a cooperativa renovou o orgulho dos seus cidadãos, principalmente com o slogan que foi amplamente difundido: “CREDIRUBI – Deste Banco eu sou Dono”. Ao longo deste período apresentou crescimento constante e consolidou uma posição de respeito junto à sociedade rubiatabense e ao sistema de crédito cooperativo.

Atualmente possui 382 associados e um patrimônio líquido de R\$ 3.625.806,00 (Três milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, oitocentos e seis reais). Sua área de atuação compreende alguns municípios do Vale do São Patrício no norte goiano, são eles: Rubiataba, Nova América, Nova Glória, Ipiranga, São Patrício, Morro Agudo de Goiás, Ceres, Rialma, Itapaci e Nova Crixás. A região de abrangência possui aproximadamente 120 mil habitantes, o município de Rubiataba possui de acordo com o último senso do IBGE (instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) cerca de 20 mil habitantes no meio urbano e rural. A região é dividida em diversas atividades econômicas, as quais destaca-se em Rubiataba: a cana-de-açúcar, a pecuária de corte e leite, a indústria moveleira e confecção.

A Cooperativa de Crédito Rural de Rubiataba – Sicoob Rubiataba - é uma cooperativa singular ligada a Sicoob Central que é uma central de cooperativas e ao Banco Cooperativo do Brasil BANCOOB.

5.15.2 Administração científica

Na Divisão e Especialização do Trabalho as rotinas referentes ao trabalho são altamente padronizadas, no entanto há um aumento de complexidade no atendimento ao cooperado, devido ao subjetivismo da necessidade de cada um e da forma que quer ser tratado. Caracteriza-se pela prestação direta aos associados. São constituídas de, no mínimo, três (3) singulares.

¹² SICOOB do vale. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2007b/administração.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2009.

Desde 2004 há um rodízio de funções para tornar o trabalho mais desafiador, melhorar o conhecimento e entendimento da importância das diversas atividades da cooperativa e suprir a falta eventual de algum funcionário.

Desenho de Cargos e Tarefas. A cooperativa não tem definido o desenho de cargos e tarefas. Incentivos Salariais e Prêmios de Produção.

Da mesma forma a cooperativa não trabalha com incentivos salariais e prêmios de produção pela superação das metas. Da mesma forma a empresa não tem definido metas individuais, mas metas globais.

5.15.3 Teoria clássica da administração

5.15.3.1. Estrutura organizacional

A Assembléia Geral Ordinária é o órgão máximo de decisão, cabem as decisões de gestão estratégica para o Conselho de Administração e as decisões técnicas para a gerência, o crédito é analisado pelo Conselho de Crédito, composto pelo presidente da cooperativa, vice-presidente e gerente e a decisão deve ser unânime.

A auditoria externa, realizada por auditorias independentes e os controles internos são órgãos responsáveis pela fiscalização dos pontos críticos do processo, com o objetivo de dar credibilidade e transparência.

O Conselho Fiscal analisa o bom andamento das operações e responde pela boa condução da gestão da cooperativa. A cooperativa é dividida internamente por setores que são os de crédito, financeiro e administrativo, o relacionamento é hierárquico, porém a comunicação é democrática e aberta, há acesso total a qualquer membro do Conselho.

A estrutura é dividida em dois segmentos, o primeiro tem uma relação linear, composto da Assembléia Geral até o Gerente Geral, o segundo segmento corresponde aos setores de responsabilidade da gerência geral, possuindo uma relação funcional.

Está sendo criada uma série de comitês para dar maior eficiência à gestão, tendo em vista que os comitês são participativos e ágeis na tomada de decisões. O Comitê de crédito é formado por quatro membros, presidente, vice-presidente, um conselheiro e o gerente se reúnem diariamente.

Atualmente o cooperativismo tem uma tendência de profissionalização da direção e gestão da cooperativa, através de treinamentos contínuos dos funcionários, cooperados,

diretores e gestores, pois entende que para alcançar os objetivos organizacionais exige competência técnica e profissional.

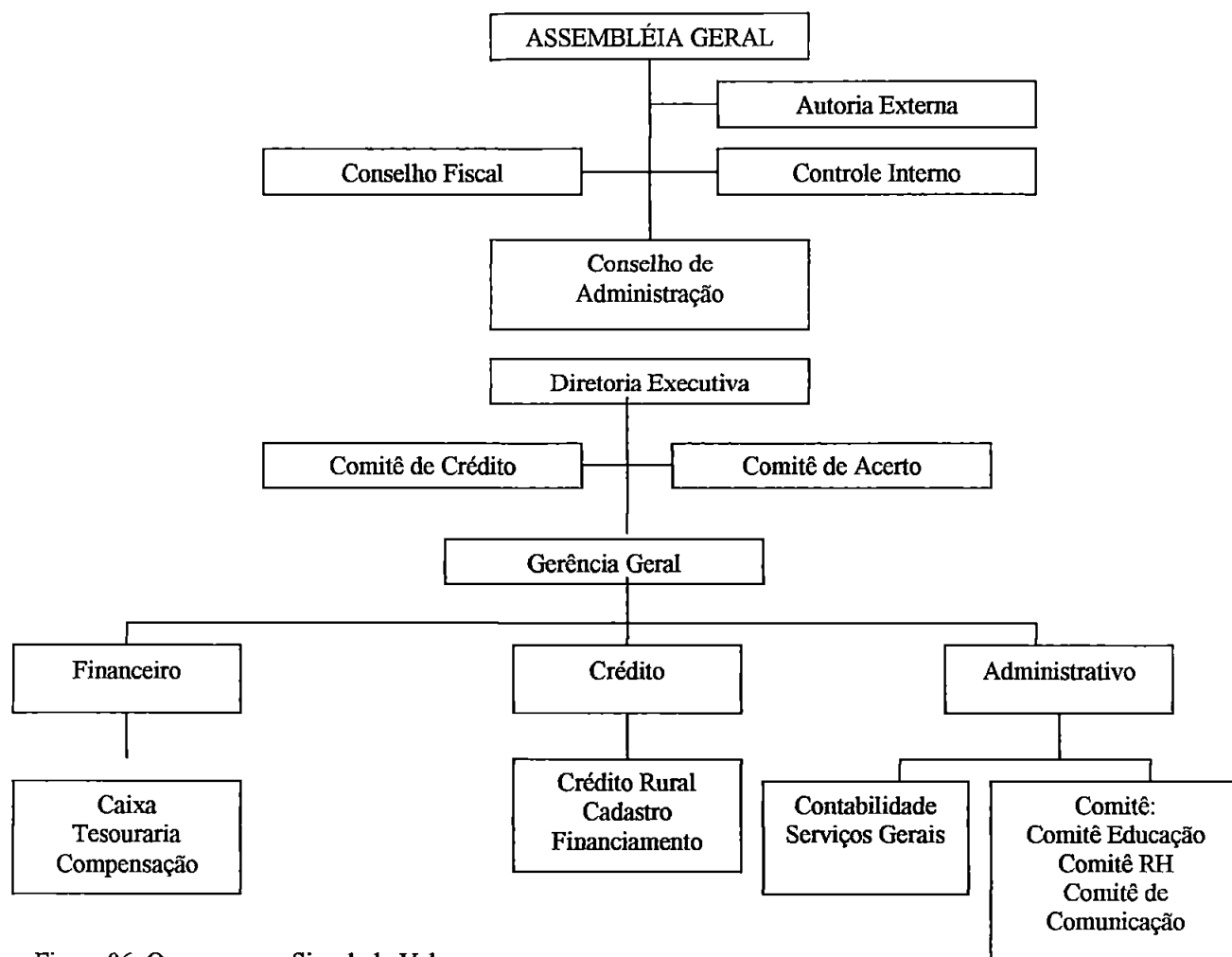


Figura 06: Organograma Sicoob do Vale.

Fonte: SICOOB Rubiataba, 2009.

5.15.3.2 Teoria de sistemas

As principais entradas do sistema são recursos financeiros e esses são oriundos das seguintes fontes:

- Cota Capital – É constituído por cotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real).
- Repasses – Representam obrigações contraídas pelo Sicoob Rubiataba junto ao Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB e Sicoob Goiás Central.
- Aplicações – São os depósitos à vista e sob aviso feito pelos cooperados e clientes (poupança cooperada).

5.15.3.3 Gestão dos recursos

O grupo gestor de recursos da Sicoob Rubiataba é composto pelo Comitê de Crédito, criado através do ato resolutório do Conselho de Administração do Sicoob Rubiataba. Este comitê é formado pelo diretor presidente, 1º vice-presidente, 2º vice-presidente (diretor de crédito) e o gerente. O objetivo deste comitê é regulamentar as concessões de crédito deferidas aos associados do Sicoob Rubiataba, a fim de analisar e aprovar as operações de crédito realizadas, sendo: desconto de cheques pós-datados, desconto de Notas Promissórias Rurais, crédito pessoal, cheque especial, crédito pessoal fácil, financiamento de veículos/motos novos e usados, financiamento de eletro-eletrônicos, computadores, móveis e eletrodomésticos, financiamentos para custeio e investimentos agrícolas/pecuária com recursos próprios ou repasses.

As decisões de liberação de empréstimos aos associados devem ser por consenso ou unanimidade, caso haja um voto contrário a operação não se realizará. Todas as reuniões deverão ser registradas em ata. As deliberações deverão ser precedidas de informações do SERASA, formulário de proposta de crédito assinada pelo tomador, fichas cadastrais e dentro dos limites operacionais de cada tomador.

As operações com valores até R\$ 15.000,00 poderão ser deferidas pelo gerente, deve-se observar os mesmos critérios de análise de crédito, e se necessário; submeter aos demais membros do comitê. Os produtos e serviços oferecidos à cooperativa, na área de crédito e investimento são:

- ✓ **Produtos de Crédito:** Cheque especial; Desconto de cheques pré-datados; Financiamento de veículos, motos, máquinas e equipamentos; Financiamento de computadores e seus periféricos; Financiamento de eletrodomésticos e eletrônicos; Crédito pessoal; Desconto de nota promissória rural (N.P.R.); Repasses para custeio agrícola e pecuário; Repasses para investimentos pecuários;
- ✓ **Produtos de Investimentos:** Poupança cooperada; Aplicação DAP-TR;
- ✓ **Serviços:** Seguros; Oferece plano de saúde (UNIMED); Cartão de crédito e débito; Débito automático de água, luz e telefone; Recebimentos de boleto de cobranças; Auxílio natalidade; Auxílio óbito; Auxílio para cursos de graduação e pós-graduação.

5.15.3.4 As principais saídas do sistema

Representam o atendimento as necessidades dos cooperados e clientes da cooperativa, através dos serviços prestados. As aplicações dos recursos ocorrem da seguinte forma:

- Operações de crédito – estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparadas por informações internas e externas em relação ao devedor e seus garantidores, e em relação à operação, levando-se em conta ainda, as situações de renda e patrimônio bem como outras informações cadastrais do devedor, conforme preconizado pela Resolução do CMN/BACEN (Conselho Monetário Nacional do Banco Central), 2682, de 21.12.1999 e Resolução CMN/BACEN 2697, de 24.02.2000. São divididas em Empréstimos e títulos descontados; Financiamentos e Financiamentos Rurais e Agro-industriais.
- Investimentos – Representado pela aquisição e 551.860 (quinhentos e cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta) cotas de Capital, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), do Sicoob Goiás Central, sendo atualmente a 8º cooperativa no ranking de aplicação na Cooperativa Central; Aquisição de 168.748 (cento e sessenta e oito mil, setecentos e quarenta e oito) ações preferenciais, no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) do Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB.

5.15.3.5 Principais mecanismos de feedback

O principal mecanismo de feedback é a Assembléia Geral Ordinária, realizada uma vez ao ano e as Assembléias Gerais Extraordinárias, ocorridas sempre que necessário. Há ainda as Assembléias Ordinárias e Extraordinárias da Central de Crédito, que sempre há um representante da Sicoob do Vale. As reuniões entre os membros do Conselho Fiscal e Conselho de Administração são realizadas semanalmente, de forma a analisar os resultados e indicadores contábeis e financeiros com a finalidade de detectar pontos a ser melhorados e corrigir desvios. Como documentos de feedback são utilizados: relatório contábil-financeiro mensal, relatório anual de gestão; boletins informativos; circulares e informativos Sicoob e Bancoob.

6 METODOLOGIA

O estudo foi realizado no SICOOB, que está instalado na cidade do Carmo do Rio Verde, desde 2007, situado desde então sob a Gerência do senhor Crispim, atualmente conta com total 02 funcionários e o gerente, tendo 80 cooperados. No desenvolvimento deste estudo utilizou-se como metodologia a seguinte:

6.1 Tipo de pesquisa

A Pesquisa Exploratória com cunho qualitativa. De acordo com Gil (1994, p. 44), “A pesquisa exploratória têm como principal finalidade desempenhar, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. E aqui, no estudo da empresa, foi utilizada para se obter a fundamentação teórica para o tema desenvolvido.

Segundo Lakatos e Marconi (1988, p.188):

Tem por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas. Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ ou qualitativas quanto acumulação de informações detalhadas como as obtidas por intermédio da observação participante. *Dá-se precedência ao caráter representativo sistemático e, em consequência, os procedimentos de amostragem são flexíveis.*

A pesquisa qualitativa, segundo Roesch (1999, p. 154),

A pesquisa qualitativa é apropriada para a avaliação formativa, quando se trata de melhor efetividade de um programa ou plano, ou mesmo quando é o caso da proposição de planos, ou seja, quando se trata de selecionar as metas de um programa e construir uma intervenção.

6.2 Método de pesquisa

O método utilizado foi o estudo de caso, onde o pesquisador tem uma aproximação maior com o objeto de estudo. De acordo com Gil (2002, p. 54),

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados. (GIL, 2002, p. 54)

Segundo Yin (2001, p. 32) “O estudo de caso investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Para Gil (1994, p.79), “O estudo de caso é muito freqüente na pesquisa social devido à sua relativa simplicidade e economia, já que pode ser realizado por um único investigador, ou por um grupo e não requer aplicação de técnicas de massa para coleta dados, como ocorre nos levantamentos”.

6.3 Técnica de pesquisa

Foi utilizada a técnica de coleta de dados, segundo Gil (1991)

A coleta de dados é um elemento fundamental para a pesquisa desde a sua formulação do problema até a coleta de dados propriamente dita que seu papel se torna mais evidente, por ser utilizada, exclusivamente para a obtenção de dados em muitas pesquisas a ser considerada como método de investigação. (p.104)

6.3.1 Entrevista

Utilizou-se também nesta pesquisa, a entrevista do pesquisador com os cooperados, visando coletar informações detalhadas para uma melhor análise. Para Roesch (2006):

De fato, a tarefa do entrevistador é assegurar-se de que cada respondente entenda determinada questão do mesmo modo que qualquer outro respondente. Para tanto, deveria a rigor ler as questões da maneira como estão formuladas, no mesmo tom de voz, e observando a ordem em que estão enunciadas no questionário. (p. 141)

6.3.2 Questionário

E sendo assim, para esta técnica foi realizado um questionário o qual foi repassado e aplicado com dez cooperados do Sicoob do Vale de Carmo do Rio Verde, visando descobrir o conhecimento e percepção dos mesmos. Ressaltando que foram distribuídos 40 questionários,

sendo que, 04 cooperados foram escolhidos aleatoriamente quando chegavam na cooperativa, 06 foram indicados pelo gerente e os outros trinta foram deixados na cooperativa porém não houve interesse dos cooperados de responderem o mesmo.

Segundo Lakatos e Marconi (1991, p. 201), “O questionário um instrumento de coleta de dados, constituindo por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

O questionário exige do entrevistador um esforço intelectual, buscando estar de acordo com a realidade do objeto em estudo, e o planejamento do questionário deve estar coerente com o ambiente de pesquisa.

De acordo com Roesch (2006, p.142):

O questionário é um instrumento de coleta de dados que busca mensurar alguma coisa. Para tanto requer esforço intelectual anterior de planejamento, com base na conceituação do problema de pesquisa e do plano de pesquisa, e algumas entrevistas exploratórias preliminares. Com base nestes elementos, o passo seguinte é elaborar uma lista abrangente de cada variável a ser medida, e a maneira como será operacionalizada, ou seja, através de escalas, questões abertas, questões fechadas etc.

6.3.2.1 Perguntas fechadas

De acordo com Sâmara e Barros (1997, p.54) nas perguntas fechadas são fornecidas as possíveis respostas ao entrevistado, sendo que, apenas uma alternativa de resposta é possível.

6.3.2.2 Perguntas abertas

De acordo com Sâmara e Barros (1997, p.54), “nesse tipo de pergunta, o entrevistado responde livremente o que pensa sobre o assunto”.

6.3.2.3 População e amostras

Foi adotada como técnica de amostragem a amostra não-probabilística por conveniência, que conforme Sâmara e Barros (2002, p. 94), “Os elementos da amostra são selecionados de acordo com a conveniência do pesquisador, são pessoas que estão ao alcance do pesquisador disposto a responder a um questionário”.

Para se determinar o tamanho da amostra necessária a obter maior fidelidade na pesquisa, irá adotar-se o cálculo amostral proposto por Sâmara e Barros (2002, p. 98), através da fórmula:

$$op = \sqrt{\frac{pq}{n}} \cdot Z \cdot \sqrt{\frac{N-n}{N-1}}$$

Este cálculo da amostra representa o universo quando é igual e/ou menor que 10 mil, sendo:

- op : Porcentagem da margem de erro;
- p : Proporção ou porcentagem dos elementos da amostra favoráveis ao atributo pesquisado;
- q : Proporção ou porcentagem dos elementos da amostra desfavoráveis ao atributo pesquisado;
- N : população escolhida para ser pesquisada;
- n : amostra, parte representativa do universo que contém as mesmas características do universo;
- Z : desvio-padrão, representa a margem de segurança dada ao cálculo da amostra.

Através deste cálculo foi possível chegar a um número de 10 respondentes necessários para a realização da pesquisa. Os questionários foram aplicados com questões que buscam responder aos objetivos específicos propostos na pesquisa, constam de questões fechadas e semi-abertas.

6.4 Análise de dados

Para a análise e interpretação dos dados foi necessário agregar todas as anotações (dados) que foram feitas no decorrer do desenvolvimento do trabalho de observação e finalmente, a tabulação dos dados, os quais foram demonstrados na discussão dos resultados nos gráficos seguir.

Segundo com Roesch (2006):

A análise de dados na pesquisa de caráter qualitativo, o pesquisador, ao encerrar sua coleta de dados, depara-se com uma quantidade imensa de notas de pesquisa ou depoimentos, que se materializaram na forma de texto, os quais terá de organizar para depois interpretar. (p. 169)

7 Resultados e Discussão

Os dados foram coletados através de entrevista realizada pelo pesquisador junto a 10 cooperados do SICOOB de Carmo do Rio Verde. Para tanto, foi utilizado um questionário semi-estruturado. Cabe observar que foram entregues 10 questionários os quais foram respondidos, visto que faz parte dos próprios princípios cooperativista a liberdade de ação. Logo abaixo faremos a apresentação da descrição dos resultados para a que seja feita à análise dos dados.

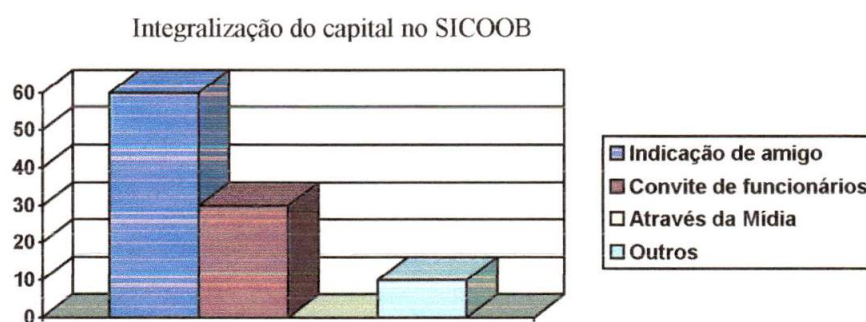


Gráfico 01: Integralização do capital no SICOOB.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2009.

Dentre os cooperados entrevistados sobre os fatores que incentivaram a integralização do capital no SICOOB 60% responderam que foi por indicação de amigos, 30% responderam que foi por convite de funcionários, 10% responderam que foi por outras informações e na opção através da mídia na houve tabulação.

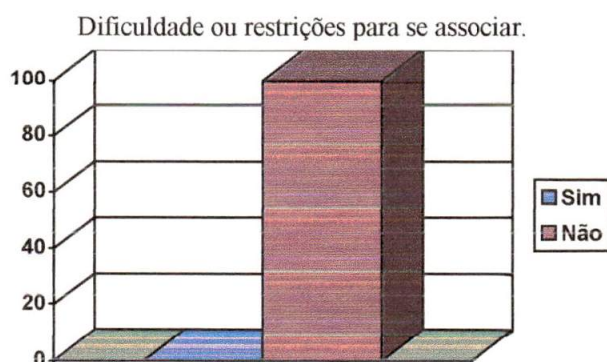


Gráfico 02: Dificuldade ou restrições para se associar.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2009.

De acordo com os cooperados entrevistados sobre a dificuldade ou restrições para se associar no SICOOB, todos foram unânimes e responderam que sim.

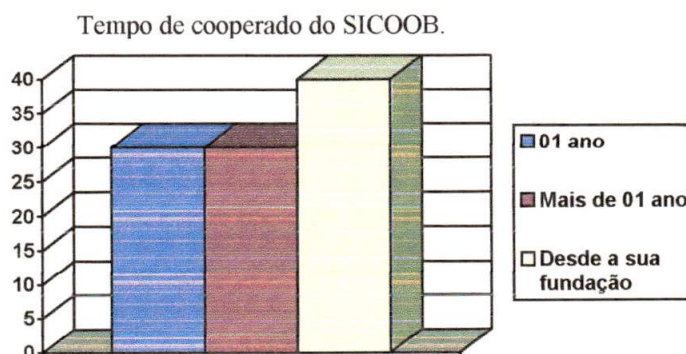


Gráfico 03: Tempo de cooperado do SICOOB.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2009.

Para os cooperados entrevistados o tempo cooperado do SICOOB, 30% responderam 1 ano, 30 % responderam mais de 1 ano e 40% responderam desde a fundação.

Participação nas assembléias e reuniões.

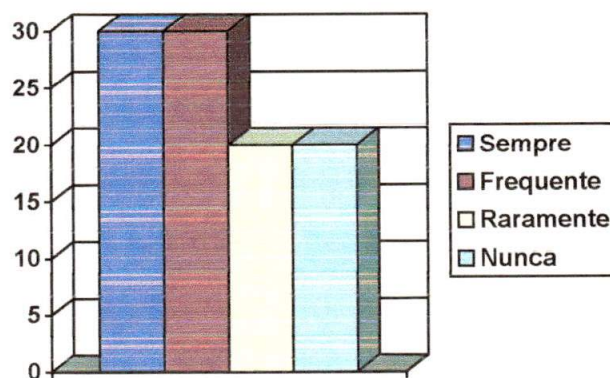


Gráfico 04: Participação nas assembléias e reuniões.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2009.

Dentre os cooperados entrevistados sobre participação nas assembléias e reuniões convocadas pela cooperativa, 30% responderam sempre participam, 30% responderam freqüentemente, 20% responderam raramente e 20% responderam que nunca participaram.

Consideração da participação nas assembléias e reuniões.

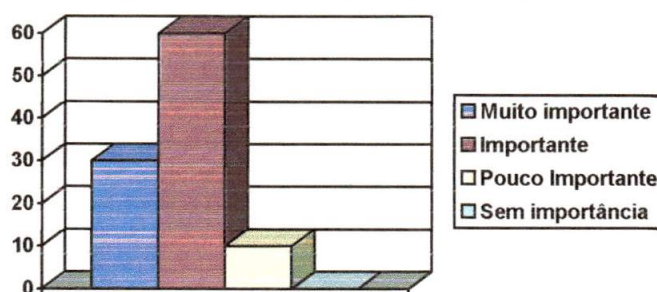


Gráfico 05: Consideração na participação nas assembléias e reuniões.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2009.

Para os cooperados entrevistados sobre a participação nas assembléias, 30% responderam que é muito importante, 60% responderam importante, 10% responderam pouco importante e na opção sem importância não houve tabulação.

Informado das atividades e metas da cooperativa.

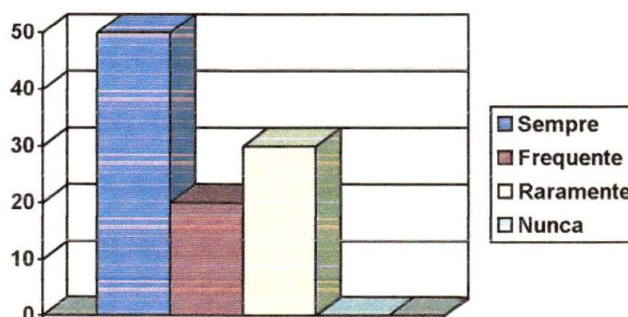


Gráfico 06: Informado das atividades e metas da cooperativa.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2009.

De acordo com os cooperados entrevistados, se eles procuram se informar e estar por dentro das atividades e metas da cooperativa, 50% responderam que sempre, 20% responderam que frequentemente, 30% responderam raramente e opção nunca não houve tabulação.

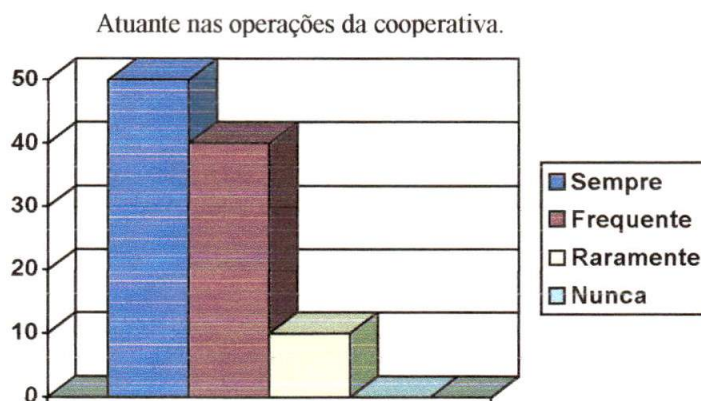


Gráfico 07: Atuante nas operações da cooperativa.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2009.

De acordo com os cooperados entrevistados sobre a atuação deles nas operações da cooperativa 50% responderam que sempre são atuantes, 40% responderam que frequentemente, 10% responderam raramente e opção nunca não houve tabulação.

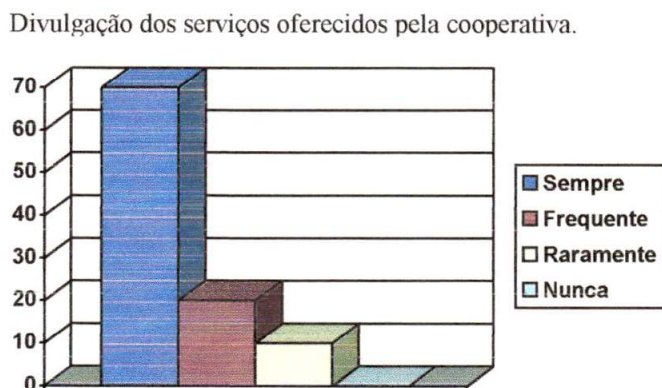


Gráfico 08: Divulgação dos serviços oferecidos pela cooperativa.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2009.

Dentre os cooperados entrevistados sobre se diretoria vem divulgando os serviços que a cooperativa pode oferecer aos seus cooperados, 70% responderam que sempre divulgam, 20% responderam frequente, 10% responderam raramente e opção nunca, não houve tabulação.

Avaliação do nível de conhecimento sobre a doutrina cooperativista.

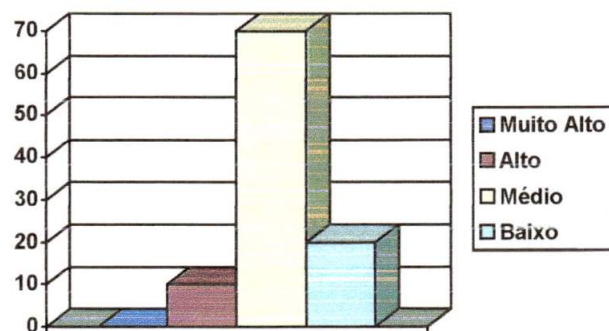


Gráfico 09: Avaliação do nível de conhecimento sobre a doutrina cooperativista.
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2009.

Para os cooperados entrevistados sobre a avaliação do nível de conhecimento sobre a doutrina cooperativista, 10% responderam alto, 70% responderam médio, 20% responderam baixo e na opção muito alto, não houve tabulação.

Grau de importância da cooperativa.

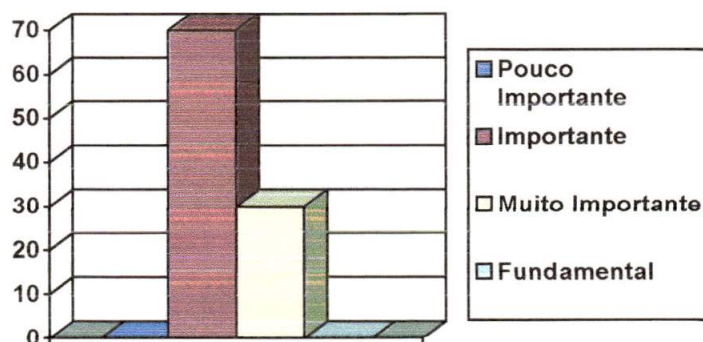


Gráfico 10: Grau de importância da cooperativa.
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2009.

Para os cooperados entrevistados sobre o grau de importância da cooperativa nos negócios do cooperado, 70% responderam importante, 30% responderam muito importante e nas opções pouco importante e fundamental, não houve tabulação.

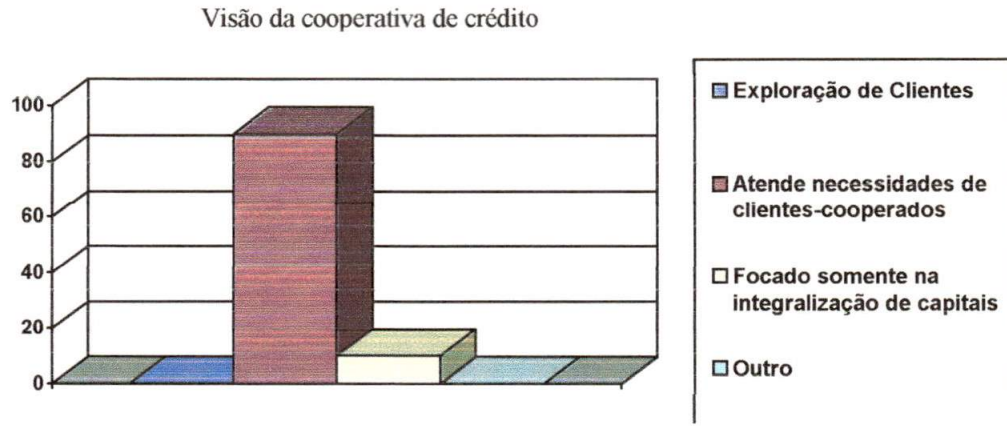


Gráfico 11: Visão da cooperativa de crédito
Fonte: Elaborado pelo autor, 2009.

De acordo com os cooperados entrevistados sobre eles na condição de cliente e cooperado, qual a visão da cooperativa de créditos em relação aos outros bancos, 90% responderam que atende as necessidades de clientes-cooperados; 10% responderam um banco focado somente na integralização de capitais e nas opções exploração de clientes e outro, não houve tabulação.

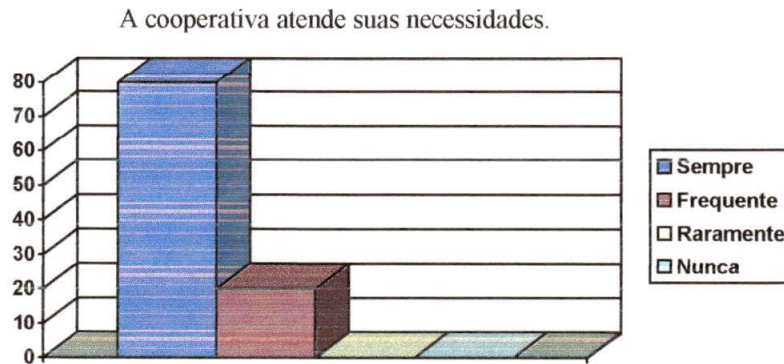


Gráfico 12: A cooperativa atende suas necessidades.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2009.

Dentre os cooperados entrevistados se a cooperativa tem atendido suas necessidades, 80% responderam que sempre, 20% responderam freqüente e nas opções raramente e nunca, não houve tabulação.

O que é uma cooperativa.

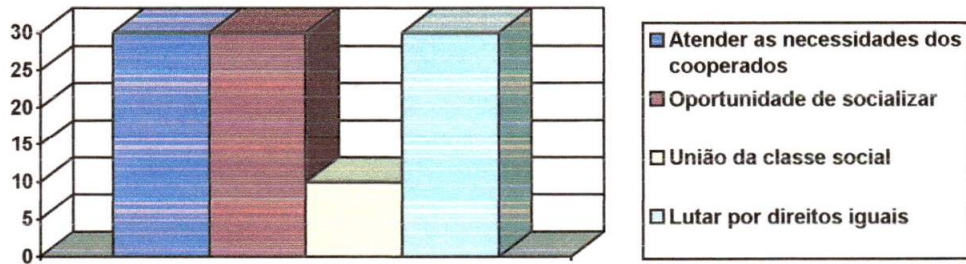


Gráfico 13: O que é uma cooperativa.
 Fonte: Elaborado pelo autor, 2009.

Para os cooperados entrevistados a definição sobre o que é uma Cooperativa para você, 30% responderam que é para atender necessidades dos cooperados, 30% responderam que é oportunidade de socializar, 10% responderam que uma união da classe social 30% responderam que para lutar por direitos iguais.

Frente a todas as porcentagens, pode-se avaliar que o presente trabalho realizado conseguiu atingir plenamente os objetivos propostos que foi estudar, analisar e conhecer a história, do cooperativismo. Como análise acadêmica, ficou claro que é um tema muito interessante, pois, mediante as pesquisas bibliográficas feitas com os diversos autores sobre o tema cooperativismo melhorou muito o conhecimento, finalidade e abrangência do mesmo. Ressaltando que o acervo bibliográfico é limitado, poucas são as fontes bibliográficas. em minha experiência pessoal foi muito gratificante e enriqueceu muito sobre o tema abordado. No que diz respeito à vida profissional foi possível enriquecer e aprofundar aprendizado sobre a cooperativa de crédito, a sua atuação, finalidade e vantagens.

8 Considerações finais

O Cooperativismo sempre existiu no mundo, às vezes de forma mais modesta, outras de forma mais consistente. É um movimento internacional que objetiva a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, humana, solidária e democrática. Promove a pessoa humana, preserva a dignidade pelo trabalho e vivencia os valores humanos e os princípios cooperativistas. Lamentavelmente percebemos que a cultura, a legislação, a educação e o Direito cooperativista não são muito divulgados nos meios acadêmicos e na sociedade em geral.

A lei federal, estadual, municipal e as doutrinas cooperativistas são pouco conhecidas e divulgadas no estudo da política, da cultura, da legislação, da educação e do direito cooperativista nos meios acadêmicos e educacionais, pelos operadores do direito, pelos acadêmicos, pelos cooperados e até mesmo por aqueles que trabalham com as cooperativas sejam elas simples ou de crédito.

O acervo bibliográfico é limitado, poucas são as fontes bibliográficas encontradas nas bibliotecas, tal fato dificulta a pesquisa e o acesso à informação e o desenvolvimento pleno do trabalho.

Ficou claro que o cooperativismo sempre impulsionou e impulsiona o desenvolvimento econômico, social e cultural de Rubiataba e que na cidade do Carmo do Rio Verde ajudou e muito os seus cooperados na condição de cooperativa de crédito SICOOB, mas há muito que divulgar e propagar sobre a importância do mesmo para os seus cooperados. Vimos que eles têm pouca noção da importância do SICOOB na cidade e na vida pessoal de cada um.

8.1 Sugestões

- ✓ Para que o cooperado tenha maior possibilidade de adquirir melhor conhecimento da importância da cooperativa e do cooperativismo na vida do cooperado. Cabe a cooperativa divulgar e propagar estas informações através de convites direcionados aos cooperados e também divulgação para a população em geral a participarem de seminários visando a propagação e divulgação do cooperativismo e sua importância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CARTILHA do cooperativismo. **Cooperativa passo a passo**. 7. ed. Goiânia: OCB, 2004

COOPERATIVA_de_crédito.

http://www.dm.com.br/materias/show/t/cooperativa_de_credito_uma_referencia_em_gestao_e_seguridade. Acesso: 03/11/2009.

COOPERATIVAS. Disponível em:

http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf. Acesso em: 03 nov. 2009.

COOPERATIVISMO de crédito. Dispensável em:

<http://www.cooperativismodecredito.com.br/CooperativadeCredito.php> Acesso: 03 nov. 2009.

CRUZIO, Helnon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. _____. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IRION, João Eduardo. **Cooperativismo e economia social**. São Paulo: STS, 1997.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman. 2. ed. 2001.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing: a Bíblia do marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. **Cooperativismo como alternativa de mudança**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. A educação cooperativista nos anos 2000: valorizando a cidadania brasileira. **Coleção Estudo e Pesquisa**, n. 3, 2001.

PEREIRA, Maria Cecília; SILVA, Paulo José; BRITO, Mozar José. Compreendendo e mapeando a corrupção no espaço organizacional: um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do sul de Minas Gerais. **ANGRAD**, v.7, n.3, jul/ago. 2006.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é Cooperativismo**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense. 1987.

RIOS, Luiz Oliveira. **Cooperativas brasileiras: manual de sobrevivência & crescimento sustentável**. São Paulo: STS, 1998.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração: Guia para Estágios, Trabalhadores de Conclusão, Dissertação e Estudos de Caso**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**. São Paulo: Ed Atlas, 2006.

SAMARA, Beatriz Santos, & BARROS, José Carlos de. **Pesquisa de Marketing: N conceitos e metodologia**. 2, ed. rev. e ampl. São Paulo: Makron Books, 1997.

SICOOB. **Planejamento estratégico Sicoob do Vale, 2006-2009**. Rubiataba-GO: SICOOB, 2009

SICOOB Goiás. Disponível em: <http://www.sicoobgoias.com.br/?q=node/167>. Acesso em: 03 nov. 2009.

SICOOB Rubiataba. Disponível em: <http://www.sicoobgoias.com.br/?q=atms>. Acesso em: 03 nov. 2009.

SICOOB do Vale <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2007b/administração.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2009.

APÊNDICE A

CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

EMPRESA: SICOOB DO VALE-PAC CARMO DO RIO VERDE

Nome da Entidade Concessionária: SICOOB DO VALE-PAC CARMO DO RIO VERDE

Insc.Est: 12.050.1905-5

CNPJ:73.422.792/0002-47

Endereço: Rua Anestar Clemente Silva Nº.5 Centro

Cidade: Carmo do Rio Verde - GO.

Telefone: (62)3337- 6232

Nome dos Proprietários ou Grupo Associado: Cooperados

Nome e Cargo da Chefia Direta: João Crispim Filho – Gerente

Ramo de Atividade: Instituição Financeira de Crédito

Área de Atuação: Financeiro.

Missão: Ser um agentes de desenvolvimento econômico e social para Rubiataba e região, prestando um serviço de qualidade, gerando resultados positivos, com responsabilidade social.

Visão: Ser a melhor instituição financeira de Rubiataba e região, com equilíbrio e credibilidade.

HISTÓRICO

De acordo com a Lei e pelos princípios e normas de autogestão adotados pelo Sistema Cooperativista Brasileiro, em 18 de junho de 1993, constituiu-se uma cooperativa de crédito rural, com denominação *Cooperativa de Crédito Rural de Rubiataba Ltda*, (CREDIGOIAS-RUBIATABA) dando assim início aos seus trabalhos no dia 03 de dezembro de 1993, com os seguintes objetivos: Estimular o desenvolvimento econômico da região e também os interesses comuns dos associados; proporcionar, pela mutualidade, assistência financeira aos associados, com a finalidade de promover a produção rural, bem como sua circulação e industrialização agroindustrial; promover o aprimoramento técnico, educacional e social de seus dirigentes, associados, seus familiares e empregados; prestar serviços inerentes às atividades específicas de instituição; A CREDIGOIAS-RUBIATABA, veio com intuito de abranger os municípios de Ceres, Nova Glória, Nova América, Itapaci, Crixás, Nova Crixás, Morro Agudo, Carmo do Rio Verde, Mozarlândia, Mundo Novo e Uruana. No início de suas atividades a CREDIGOIAS-RUBIATABA contava com 100 cooperados fundadores, a partir daí, desenvolvendo suas atividades financeiras a mesma foi conquistando seu espaço, contribuindo regionalmente com as suas atividades, de pouco a pouco a CREDIGOIAS-RUBIATABA com seus gestores trabalhando em prol do cooperado da região, começaram a empenhar seu lado educacional, trazendo mais sustentabilidade para o produtor rural. Os gestores da CREDIGOIAS-RUBIATABA viam as dificuldades dos produtores da região, daí, começaram a trabalhar em cima dessas dificuldades, transformando-as em oportunidades, facilitando sua vida no campo, evitando a evasão do produtor rural do campo para a urbanização, estes incentivos ao produtor são feitos através de cursos para os cooperados, esposas de cooperados e filhos de cooperados, preparando a nova geração para um futuro cooperativismo bem sustentável. Hoje a SICOOB DO VALE, conta com um Posto de atendimento aos cooperados a cidade vizinha de Carmo do rio verde que foi inaugurada em 25 de janeiro de 2008, as duas unidades conta com mais de 500 cooperados, com seu quadro funcional de 12 (doze) funcionários efetivos e 1 (um) estagiário.

Número de empregados: Três

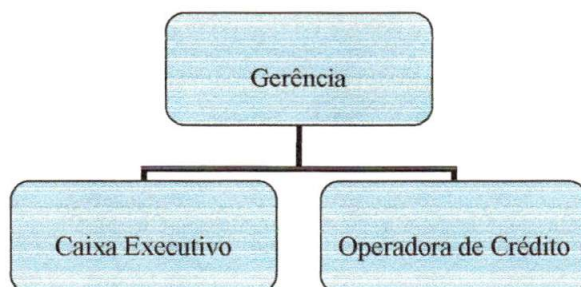
Principais metas da empresa: Ser a melhor instituição de natureza financeira de Carmo do Rio Verde e Região, com sustentabilidade, equilíbrio e credibilidade, prestando um serviço de qualidade, gerando resultados positiva, com Responsabilidade Social.

Produtos desenvolvidos pela empresa: Cartões de Crédito/Debito; Financiamentos de Veículos/ Eletroeletrônicos; Aplicações Financeiras; Caderneta Poupança; Credito Pessoal.

Caracterizar os Recursos Humanos da Empresa:

- Categoria dos profissionais que atuam na empresa: *Administrativo, Operacional.*
- Divisão Técnica de Trabalho: Gerência, Operadora de Crédito e Caixa Executivo.
- Verificar a Qualificação dos funcionários dividindo em qualificados, não qualificados e tipos de treinamento oferecido: Superior Incompleto (Graduando), Superior Completo, e Pós Graduando.
- Condições de Jornada de Trabalho: Jornada 8 horas diária semanais, intervalo 2 horas.

e) Descrever a Rotatividade da mão de obra: Não possui
Figura: Organograma do Sicoob do Vale de Carmo do Rio Verde.



Fonte: Gerência do Sicoob de Carmo do Rio Verde/2009.

HISTÓRICO DA CIDADE DO CARMO DO RIO VERDE

É um município brasileiro do estado de Goiás. Situado na região do Vale do São Patrício, sua população segundo estimativa do IBGE em 2007 é de 12.587 habitantes. É um município que vem se destacando, devido a otimização das atividades ligadas ao comércio de álcool e açúcar apartir da Usina CRV Industrial. Também vem se destacando a indústria têxtil, com a Bio Têxtil.

Geografia: O município está sobre uma altitude que varia de 557 à 630 metros. A vegetação cerrado é o que predomina com algumas zonas de transição.

Clima: Carmo do Rio Verde possui um clima fresco e seco no inverno, quente e seco na primavera, e quente e úmido no verão. No inverno, as mínimas podem chegar aos 11°C e as máximas passarem dos 30°C. (Temperaturas típicas de um dia de inverno: mín. 12°C/máx.31°C) Todo ano há ocorrências de acentuada queda das temperaturas que duram de 4 dias a 2 semanas. Dias em que as temperaturas mínimas podem cair para até 8°C-9°C, porém nas tardes as máximas podem passar os 30°C. Assim a umidade relativa do ar fica baixíssima, podendo cair para até 20%. Perto de rios e córregos, devido a presença de grande umidade, a sensação térmica pode ser de até 6°C, pois quenado se faz um determinada temperatura, muitos fatores fazem que a sensação de frio ou de frescor seja alta, principalmente no outono e inverno. Normalmente, como o frio vem com tudo no início de férias, é raro as pessoas estarem acordadas tão cedo, ignorando que na cidade não fez aquele frio, pois com o passar das horas a temperatura vai subindo rapidamente. Por exemplo, numa manhã faz 12°C às 06:30 da manhã. Às 09:00, já pode estar fazendo 19°C; às 12:00, 24°C; às 14:00, 27°C; às 16:00, 30°C. Mas quando a noite vai entrando, as temperaturas caem muito rápido, pois às 22:00 horas da noite já pode estar fazendo 17°C-21°C. Mas na primavera, as mínimas ficam em torno dos 26°C e as máximas alcançando os 40°C. O ano mais quente de que se tem notícia foi o de 2007 (na primavera desse mesmo ano, a temperatura ficou entre 39,5°C e 41,9°C). (Temperaturas típicas de um dia de primavera: mín. 24°C/máx.37°C) No verão, há ocorrências de pancadas de chuva que podem se tornar tempestades com ventos entre 50 km/h e 70 km/h. (Temperaturas típicas de um dia de verão: mín. 21°C/máx.28°C) Há grande amplitude térmica.

HISTÓRIA

Os primeiros carmorioverdinos, nome que se dá aos habitantes de Carmo do Rio Verde, chegaram no ano de 1.939, por ocasião da fundação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás a CANC. Ali seria a sede do município de Ceres, de fato provisoriamente foi. Na época residia no local a família Héliida. O primeiro estabelecimento comercial foi instalado às margens do Rio Verde onde os administradores da Colônia achavam-se acomodados, cuidando da abertura de estradas. Mais tarde a Colônia transferiu-se para o local onde está erguida a cidade de Ceres e no local aonde hoje é a cidade de Carmo do Rio Verde ficaram cerca de 10 casas construídas, inclusive um estabelecimento comercial que vendia também produtos farmacêuticos.

Em 1.945 foi criada a 1ª escola, construída uma capela e o povoado, em 1.948 elevou-se à condição de Vila Carmo do Rio verde, tornando-se conhecida através de comentários da imprensa goiana que proclamavam a excelência do seu solo. Em 1.952, o distrito pleiteou a sua emancipação junto à Assembléia Estadual, concedida pela Lei 706, de 14 de novembro de 1.952.

Carmo do Cedro (Piçarra) é o nome do único povoado do município de Carmo do Rio Verde, e a sua história inicia-se antes mesmo do início do processo de povoamento da sede de Carmo do Rio Verde. Em 1.920

chegava, no local aonde hoje é o povoado de Carmo do Cedro(Piçarra), o Senhor Benedito Barbosa dos Santos acompanhado de sua esposa e um filho, adquiriu grande quantidade de terras, trouxe outros membros da família que no início da década de 40 construíram a 1ª capela dando início ao Povoado de Carmo do Cedro (Piçarra) que ainda hoje encontra-se na condição de Povoado.

Caracterização Física e Geográfica do Município

Carmo do Rio Verde está localizado na microregião de Ceres, estado de Goiás, e distante 168Km da capital Goiânia. É um município de pequeno porte, com terras consideradas muito férteis e abundância de água.

O município faz divisa com os municípios de Ceres, Piçarra, Itapuranga, Rialma, Santa Isabel, Uruana e São Patrício, apresentando pequenas distâncias dos mesmos. Fica distante de Ceres apenas 12Km e 14Km de Uruana.

A área geográfica do município é de 455,9Km² e topograficamente apresenta 70% de terras planas, 20% de terras acidentadas e 10% de várzeas. Tendo sobre ela 5% de cascalho, 15% de pedras e rochas e 80% de terra pura. Clima ameno, umidade boa e água permanente o ano todo.

Ocorrências Minerais: A pedra de mármore de boa qualidade e em abundância é encontrada no município, dentro de uma propriedade particular localizada próximo à divisa de Carmo do Rio Verde com Itapuranga. É um potencial que ainda não está sendo explorado economicamente. A argila também é encontrada em abundância.

Aspectos Demográficos: Segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano de 2001 a população de Carmo do Rio Verde apontava para o número de 9.834 habitantes distribuídos nas zonas urbana e rural. A mesma pesquisa apresenta a densidade demográfica de 17.34 hab/km²

Carmo do Rio Verde apresenta, do ano de 1.991 para o ano 2.001, acentuado decréscimo populacional, observado na tabela a seguir:

Ano - População total

- 1.991: 10.292 hab
- 1.996: 9.464 hab
- 2.000: 9.941 hab
- 2.001: 9.834 hab

Quanto ao número de eleitores, em julho de 2006 a Justiça Eleitoral contabilizava em Carmo do Rio Verde 7.867 eleitores.

1. Índice de Desenvolvimento Humano – IDH municipal

A ONU – Organização das Nações Unidas, em recente pesquisa apresentou o novo IDH – Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios brasileiros. Esse índice é calculado com base nos níveis de educação, saúde e renda das populações e tem uma variação de 0 a 1. Na pesquisa anterior, divulgada no ano de 1.998, Carmo do Rio Verde apresentava índice 0.608, saltando para 0.818 na pesquisa apresentada em 2.004, verificando-se assim, um salto considerável .

2. Infra – Estrutura (água, esgoto, energia elétrica, telefonia)

· Abastecimento de água – aproximadamente 95% da residências são atendidas com água encanada
· Serviços de Esgoto – o município não conta com serviço de esgoto, é comum o uso de fossas sépticas. Este serviço está em plena construção. Energia Elétrica – o serviço de energia elétrica atende praticamente 100% da população urbana e aproximadamente 90% da população rural. Telefonia – A oferta de linhas telefônicas residenciais atende de forma satisfatória a população bem com os serviços de telefonia pública, em contrapartida o município conta apenas com os serviços de duas empresa de telefonia celular

Economia: Os setores que mais geram emprego e renda no município são os setores da industrialização da cana-de-açúcar e do algodão , pois estão instaladas no município as empresas: CRV Industrial (que atualmente produz álcool e açúcar) e Bio Têxtil (que produz gazes – tecido- hospitalares)

Atividades como a da agricultura, agroindústria, confecção, cerâmica e o comércio em geral (bares, lanchonetes, açougues, supermercados, farmácia, padaria, posto de gasolina, restaurantes, vídeo locadora, loja de tecidos, etc.) também contribuem para o desenvolvimento do município.

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA APLICADOS COM COOPERADO DO SICOOB DE CARMO DO RIO VERDE

1-QUAIS FORAM OS FATORES QUE INCENTIVARAM VOCÊ A INTEGRALIZAR CAPITAL NO SICOOB?

- Indicação de amigo. Convite de funcionários. Ou através da mídia.

Outro: _____

2-VOCÊ ENCONTROU DIFICULDADE OU RESTRIÇÕES PARA SE ASSOCIAR?

- Sim Não

3-QUANTO TEMPO VOCÊ É COOPERADO DO SICOOB?

- 1 ano Mais de 01 ano Desde sua fundação

4-QUAL A SUA PARTICIPAÇÃO NAS ASSEMBLÉIAS E REUNIÕES CONVOCADAS PELA COOPERATIVA?

- Sempre. Freqüente. Raramente. Nunca participou.

5-COMO VOCÊ CONSIDERA SUA PARTICIPAÇÃO NAS ASSEMBLÉIAS?

- Muito importante. Importante. Pouco importante. Sem importância.

6-VOCÊ COMO COOPERADO, PROCURA SE INFORMAR E ESTAR POR DENTRO DAS ATIVIDADES E METAS DA COOPERATIVA?

- Sempre. Freqüente. Raramente. Nunca.

7-VOÇÊ, É ATUANTE NAS OPERAÇÕES DA COOPERATIVA?

- Sempre. Freqüente Raramente. Nunca

8-A DIRETORIA VEM DIVULGANDO OS SERVIÇOS QUE A COOPERATIVA PODE OFERECER AOS SEUS COOPERADOS?

- Sempre. Freqüente. Raramente. Nunca divulga.

9-COMO VOCÊ, NA CONDIÇÃO DE COOPERADO, AVALIA SEU NÍVEL DE CONHECIMENTO REFERENTE Á DOUTRINA COOPERATIVISTA?

- Muito alto. Alto. Médio. Baixo.

10-QUAL O GRAU DE IMPORTÂNCIA DA COOPERATIVA NOS NEGÓCIOS DO COOPERADO?

- Pouco importante. Importante. Muito importante. Fundamental.

11-COMO VOCÊ NA CONDIÇÃO DE CLIENTE E COOPERADO VÊ A COOPERATIVA DE CREDITOS EM RELAÇÃO AOS OUTROS BANCOS?

- Um banco a mais para explorar seus clientes.
 Um banco voltado a atender as necessidades de seus clientes-cooperados.
 Um banco focado somente na integralização de capitais.

Outro: _____

12-A COOPERATIVA TEM ATENDIDO SUAS NECESSIDADES?

- Sempre Freqüente Raramente Nunca

13-O QUE É UMA COOPERATIVA PARA VOCÊ?

- Atender necessidades dos cooperados Oportunidade de Socializar
 União da Classe social Lutar por direitos iguais